UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Jane Mary Molinari Macedo

LORENA/SP E A TRANSFORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO NA REGIÃO CENTRAL

Taubaté – SP
2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
JANE MARY MOLINARI MACEDO

LORENA/SP E A TRANSFORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO NA REGIÃO CENTRAL

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre pelo Curso de Pós Graduação em Ciências Ambientais do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Ciências Ambientais

Orientador: Prof. Dr. Flávio José Nery Conde Malta

Taubaté – SP
2009

LORENA/SP E A TRANSFORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO NA REGIÃO CENTRAL

JANE MARY MOLINARI MACEDO

Dissertação apresentada em 30/04/2009

Banca Examinadora

MEMBRO	INSTITUIÇÃO
Prof. Dr. Flávio José Nery Conde Malta	Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais / UNITAU - Universidade de Taubaté
Prof. Dr. Cyro de Barros Rezende Filho	Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais / UNITAU - Universidade de Taubaté
Prof. Dr. Pedro Ribeiro Moreira Neto	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento - IP&D/ UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba

Prof. Dr. Flavio José Nery Conde Malta

Orientador

Trabalho dedicado à memória de meus pais Alluisio e Magali. O amor e carinho que nos uniu em vida, permanece vivo como fonte de inspiração para prosseguir em minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço à DEUS por ter me concedido a graça da realização de mais um sonho e conquista em minha vida.

Levando-se em conta o número de amizades conseguidas durante esta pesquisa, que não só enriqueceram o trabalho com as inúmeras informações conseguidas como também me incentivaram para continuar, os agradecimentos seriam infindos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Flávio José Nery Conde Malta que me auxiliou pacientemente durante o desenvolvimento da pesquisa e participou dos maus momentos pessoais pelos quais passei, não terei palavras para agradecer.

Aos professores da banca de Qualificação Prof. Dr Cyro de Barros Rezende Filho e Prof. Dr Júnior Alexandre Moreira Pinto por todas as críticas e sugestões pertinentes e enriquecedoras para essa pesquisa.

Um agradecimento especial à minha família por toda a compreensão, dedicação, paciência e principalmente por estarem juntos nessa minha caminhada. Meu marido, Luis Paulo Ferreira de Andrade e meus filhos José Matheus e Alluisio foram o meu estímulo para alcançar mais um objetivo em minha vida. Espero ter conseguido mostrar a grandiosidade do meu amor por eles e a possibilidade de um futuro sustentável as nossas futuras gerações.

Às amigas Profª Eunice Nunes, Profª Nilza da Silva e Profª Elaine Brazil pelos incentivos, ajudas ao longo desse percurso, muito obrigada.

Agradeço à amiga e professora Marilena Alves Di Domenico pelo apoio e incentivo a esta pesquisa, assim como pelo tempo disponibilizado para revisá-la..

À Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e a Supervisora Eliana Maciel por acreditarem e apoiarem este trabalho.

Ao Prof. Nelson Pesciotta e Profª Elisa Torquato pelas brilhantes informações que muito me auxiliaram nessa pesquisa.

A Roseli D'Elboux que gentilmente me disponibilizou seu trabalho e preciosas informações sobre a cidade.

Ao Julio e Vera Del Tio pelas orientações pertinentes as leis municipais e pelos materiais cedidos.

Ao meu tio Ércio Mulinari pelo acesso irrestrito em seu acervo particular de informações e fotografias.

Aos proprietários do Jornal Guaypacaré. João Bosco e Carolina Oliveira por ter me disponibilizado todo o acervo do jornal, que foi de fundamental importância para o enriquecimento dessa pesquisa.

Agradeço a minha mãe Magali (in memorian) e minha tia Rossely que muito me incentivaram, acreditaram e sonharam com essa minha conquista.

Enfim agradeço a todos que de alguma maneira me auxiliaram nessa pesquisa como a Secretaria da Cultura, a Câmara, a Secretaria do Meio Ambiente do município e a bibliotecária do IEV pela disponibilidade e atenção aos meus pedidos.

"É preservando o passado que se tem a perspectiva do presente e uma base sólida para a construção do futuro"

Marília Gama Rodrigues Camacho

LORENA/SP E A TRANSFORMAÇAO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO NA REGIÃO CENTRAL

Autora: JANE MARY MOLINARI MACEDO

Orientador: FLÁVIO JOSÉ NERY CONDE MALTA

RESUMO: Este trabalho caracteriza se por realizar um estudo das transformações ocorridas no patrimônio ambiental urbano da região central de Lorena por meio de uma abordagem da construção histórica social da cidade, desde a formação do seu núcleo inicial, que resultou em um importante patrimônio ambiental urbano, visando identificar e compreender as transformações ocorridas neste patrimônio no período que se estende desde sua formação até os dias atuais, ressaltando sua importância como expressão de cultura e identidade local. Está construída a partir de reflexões que pretendem explorar o valor aferido ao patrimônio ambiental urbano da cidade pela comunidade e sua preservação e conservação como um dos alicerces do desenvolvimento sustentável da sociedade local.

Palavras chaves: Patrimônio Ambiental Urbano, Sustentabilidade, Memória e Lorena (cidade).

LORENA/SP AND THE TRANSFORMATION OF THE PATRIMONY URBAN ENVIRONMENTAL PATRIMONY IN THE CENTRAL REGION - study of case

JANE MARY MOLINARI MACEDO

FLÁVIO JOSÉ NERY CONDE MALTA

ABSTRACT: This work characterize itself by to realize a study of changes that happened in urban environmental of the central region of Lorena through a historical social construction of the city since the formation of its initial core, which resulted in a important heritage urban environment of the city, to identify and understand the changes that happened during the period that extends from its formation until the present day, emphasizing its importance as an expression of culture and local identity. Is built from ideas that intend to exploit the value measured at urban environmental heritage of the city by the community and its preservation and conservation as one of the foundations of sustainable development of local society.

Keywords: Urban Environmental Heritage, Sustainability, Memory and Lorena(city).

Figura	Descrição	Página
1	Expansão do núcleo inicial	38
2	Distrito da Piedade	39
3	Lorena vista do leste	41
4	Vista de Lorena	41
5	Vila da Piedade 1851	43
6	Lorena na segunda metade do século XIX	45
7	Casa Coronel Braulio	47
8	Camara Municipal	48
9	Mapa do estado de São Paulo	49
10	Foto panorâmica da cidade na década de 40	51
11	Solar do Azevedo	51
12	Largo da Matriz 1940	53
13	Largo da Matriz 2009	54
14	Arco	55
15	Solar dos Moreira	56
16	Antiga Rua direta, 1940	57
17	Rua das Palmeiras, 2008	58
18	Praça Arnolfo Azevedo, 1930	59
19	Praça Arnolfo Azevedo, 2007	59

Lista de Abreviaturas

Abreviatura	**Descrição**
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente
COMPHAC	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural do Município de Lorena
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
IEV	Instituto de Estudos Valeparaibanos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 12

REVISÂO DE LITERATURA 15

2. Conceitos e definições 15

2.1 Patrimônio Ambiental Urbano 15

2.2 Paisagem Urbana 19

2.3 Cidadania 20

2.4 Processo de urbanização 22

2.5 Impacto ambiental na paisagem urbana 23

2.6 Desenvolvimento sustentável 27

2.7 Politicas Públicas 30

2.8 Importância da compreensão dos conceitos no Patrimônio Ambiental Urbano de Lorena. 31

3. Estudo do Patrimônio Ambiental da região central de Lorena 34

3.1. Formação e construção do Patrimônio Ambiental Urbano de Lorena 34

3.2 Evolução do Patrimônio Ambiental Urbano de Lorena 50

4. MATERIAL E MÉTODO 68

5. DISCUSSÃO 69

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 71

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 73

ANEXOS 77

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação realiza um estudo de caso sobre as transformações ocorridas no Patrimônio Ambiental Urbano da área central da cidade de Lorena/SP, oficialmente delimitada pela Lei Municipal N ° 1963 de 24 de fevereiro de 1992.

O conhecimento e a valorização dos bens ambientais contribuem para o despertar da cidadania e com a noção de que expressam a história e a tradição local e regional, o patrimônio aguça o sentimento de se pertencer a um lugar (GERALDES, 2001).

A cidade deve ser vista como um processo de construção social, não nascendo como algo perfeitamente acabado, não constituindo um projeto fechado em si, mas produto da ação humana sobre determinado território ao longo do tempo (história) e materialização da memória social (CARLOS, 2008).

O que se coloca como objetivo da pesquisa é fazer uma abordagem da construção histórica social do espaço urbano, desde a formação do seu núcleo inicial, que resultou em um importante patrimônio ambiental local, visando identificar e compreender as transformações ocorridas neste patrimônio no período que se estende desde a formação da cidade de Lorena até os dias atuais, ressaltando sua importância como expressão de cultura e identidade local.

Geraldes (2006) “afirma que o patrimônio ambiental urbano constitui se a representação material do discurso oficial sobre a dimensão cultural do espaço urbano” e que ao se fazer uma análise da constituição do patrimônio enquanto um processo esse deve referenciar o ambiente como um todo.

Por meio de pesquisas do arquivo do Jornal Guaypacaré (jornal local), fotos do acervo particular do Prof. Ércio Mulinari, documentos da Biblioteca do Instituto de Estudos

Valeparaibano (I.E.V), leis municipais, livros, periódicos e teses foi possível identificar as transformações ocorridas no patrimônio no período determinado nessa pesquisa .

É considerada como área central desse município, conforme documentação oficial da Prefeitura Municipal de Lorena, a área que se estende aos arredores da Praça Dr. Arnolfo Azevedo e do Largo da Matriz (núcleo inicial), que limita-se com os bairros: Cabelinha, Vila Nunes, Vila Zélia,São Roque e Industrial; área que desde sua formação vem sofrendo intervenções e transformações.

Este estudo justifica-se por contribuir para uma conscientização sobre a importância da sustentabilidade do patrimônio junto à comunidade local, proporcionando uma reflexão sobre a cidade enquanto bem material e imaterial.

Reconhece-se que, embora as transformações urbanas ocorridas em algumas situações foram necessárias, em outras, a degradação da paisagem urbana produz efeitos altamente impactantes, descaracterizando importantes espaços públicos da cidade, necessários à manutenção da sua cultura e identidade.

Esta pesquisa está construída a partir de reflexões que pretendem explorar o valor aferido ao patrimônio ambiental urbano em Lorena pela comunidade local e sua preservação e conservação como um dos alicerces do desenvolvimento sustentável da sociedade local.

O trabalho está estruturado em seis tópicos, sendo o primeiro a introdução que apresenta as questões norteadoras da pesquisa, seus objetivos e a estrutura do trabalho.

O segundo tópico é uma revisão de literatura referente à conceitos e definições, onde se apresenta uma fundamentação teórica sobre os conceitos básicos para a compreensão de um patrimônio.

O terceiro tópico faz um levantamento histórico e geográfico da área de estudo e sua consrtrução social desde sua formação até os dias atuais.

O quarto tópico descreve a metodologia aplicada na elaboração da pesquisa.

O quinto tópico faz uma discussão sobre a relaçào entre a construção social, a identidade do patrimônio e a importância da área central em relação ao desenvolvimento social,econômico e físico da cidade.

O sexto capítulo descreve as considerações finais da pesquisa e as conclusões alcançadas e uma proposta de continuação da pesquisa.

REVISÂO DE LITERATURA

2. Conceitos e definições

2.1 Patrimônio Ambiental Urbano

Yázigi (2005), diz que o patrimônio ambiental urbano deve ser entendido como “uma associação de conjuntos arquitetônicos com espaços e equipamentos públicos, além dos elementos naturais”.

Pereira (2009) defende a idéia de que a preservação do patrimônio ambiental é de grande importância para o dia a dia das pessoas no mundo inteiro, pois o meio ambiente é antes de tudo, um sustentáculo da vida, tanto a humana, quanto a dos animais.

Por meio da preservação do patrimônio ambiental estamos contribuindo também para a preservação da memória, que é uma forma de construção do sentimento de identidade social, e, preservar a memória por meio do patrimônio ambiental/cultural é uma das garantias da continuidade da existência.

O patrimônio cultural de uma comunidade se constitui de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos, elementos históricos, artísticos e naturais intra-urbanos, e paisagem, enfim, regulados por relações sociais, econômicas e culturais (YAZIGI,2001).

Atualmente existem divergências entre alguns autores sobre a conceituação de patrimônio ambiental urbano. O desafio está em encontrar uma definição que contemple a visão do patrimônio ambiental urbano não só como uma construção de valor histórico ou artístico, mas também como uma associação e conjuntos naturais e arquitetônicos. Estas divergências podem ser observadas nas definições dos autores abaixo.

Varine-Boham (1974) propõe que o patrimônio cultural seja dividido em "três grandes categorias: ambiental, compreendendo os elementos pertencentes à natureza, recursos naturais e ao meio ambiente; o do conhecimento, compreendendo as técnicas, o saber fazer que permite a sobrevivência humana em seu meio ambiente, incluindo-se aí os costumes e crenças; o dos bens culturais, constituídos pelas coisas, artefatos e tudo o que resulta da utilização do patrimônio ambiental por meio do conhecimento e do saber fazer".(grifo meu)

Santos (1997) ao definir patrimônio urbano ambiental, alega que "...sua utilidade atual, passada ou futura vem exatamente do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores".

Observa-se através das definições acima que os autores concordam apenas no ponto que se refere a "natureza", dessa forma então para Varine a noção de patrimônio ambiental se relaciona à categoria dos bens culturais em conformidade com as relações entre natureza e cultura: a cultura como natureza transformada pelo trabalho humano.

Santos (1997) considera não apenas os recursos naturais, a natureza não apropriada pelo trabalho, mas também aqueles elementos submetidos aos processos de construção cultural: o ambiente urbano entendido enquanto materialização das relações sociais.

Diante da relevância do assunto abordado e optando por uma definição mais completa, as idéias de Yázigi (2001) permearão este trabalho.

O valor dado a um patrimônio ambiental urbano está ligado ao desenvolvimento de uma população e Yázigi (2001) traduz esse valor como tendo contornos históricos, sociais, culturais, econômicos, técnicos, afetivos e estéticos - formais.

- Histórico – "a razão é a consciência, pretende ser um alimento para a idéia de futuro: não ato conseqüente possível que não se sustente na memória e na imaginação";
- Social – "as práticas sociais existem em todas as partes, mas é em sua associação com alguns lugares, que assumem um valor arquitetônico e urbanístico a ser preservado-mas nem sempre no interesse exclusivo e seus habitantes próximos";
- Cultural – "reflete as mais variadas praticas ligadas a regionalismos, etnias, profissões ou opções sub-grupais";
- Econômico – "está nas inversões de trabalho e pecúlio, cada bem produzido e destruído só pode ser reposto com mais trabalho e dinheiro, comprometendo as finanças públicas ou privadas";
- Técnico – "devem ser usados com rigorosos critérios de seletividade no sentido de não comprometer a qualidade ambiental reconhecida pela própria população";
- Afetivo –" sofreu alteração devido à globalização, uma nova forma do sentimento de pertença surge e não se perpetua devido à alta mobilidade de grupos".
- Estético-formal –" é a concretização de toda a idéia de patrimônio ambiental urbano, a "forma" é a condição da existência de qualquer coisa que ao tomar forma assume especificidade estética".

No contexto urbano do estado de São Paulo, uma das abordagens oficiais pioneiras do tema "Patrimônio Ambiental Urbano" foi apresentada pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado no final da década de 70, dentro das diretrizes da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo: o Programa de Preservação e

Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano. Apontava-se então a necessidade de ampliação da abrangência do conceito clássico de patrimônio histórico e artístico: "a noção mais recente reconhece antes o valor representativo dos aspectos históricos, sociais, culturais, formais, técnicos e afetivos dos elementos como critérios para sua inclusão". Assim formulado, tal conceito garantiria a inclusão da dimensão social do espaço enquanto materialização de significados socialmente atribuídos, o processo histórico em curso, a cultura enquanto "coisa viva" em constante reelaboração (MENESES apud RODRIGUES, 2000).

Para Geraldes (2001) "é por meio da noção de paisagem que a dimensão ambiental se faz presente no conceito de patrimônio ambiental, em consonância com os fundamentos teóricos da geografia cultural.", e essa está voltada a compreender e identificar as relações entre as culturas e o meio-ambiente, principalmente no que diz respeito à expressão de valores culturais na paisagem.

> *"Devemos conceber um patrimônio cultural como cristalizações de um trabalho morto que se torna importante exatamente na medida em que se investe nele um novo trabalho cultural, através do qual esse bem adquire novos usos e novas significações. Aliás, uma das características desse processo de construção cultural reside exatamente no fato de que, quanto maior a carga simbólica conferida no passado a um bem cultural, tanto mais ricas serão a possibilidades de sua utilização futura"* (DURHAM, 1984).

Partindo dessa afirmativa, ressalto a importância de se fazer um trabalho que enfatize o patrimônio ambiental urbano de Lorena desde sua formação até os dias atuais, com a finalidade de que sejam garantidas as gerações futuras sua vitalidade enquanto objeto cultural.

2.2 Paisagem Urbana

Paisagem urbana é um conceito que exprime a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano. (CULLEN, 2008).

A paisagem constitui um importante elemento formador da cidade que é sempre vista como um organismo vivo em constante mudança e a vida das pessoas que nela vive se modifica na mesma rapidez, pois os lugares de festas, de encontros quase desaparecem, pois os pedaços da cidade são vendidos no mercado como mercadorias, árvores são destruídas, praças transformadas em concreto, enfim, há uma sucessão permanente de alterações, que influenciam posteriormente na qualidade de vida da cidade, de seus habitantes e nos valores da paisagem urbana (CARLOS, 2008).

A paisagem urbana aparece como um "instantâneo" registro de um momento determinado, datado no calendário. Enquanto manifestação formal tende a revelar uma dimensão necessária da produção espacial (YAZIGI, 2001).

A Paisagem Urbana surge como um conceito complexo, em que não se firma uma definição específica, mas sim, uma abordagem global da cidade. A sua abordagem engloba todos os fatores inerentes a esta, desde os materiais aos imateriais e a sua mutabilidade é conseqüência de todos os atores que participam na sua construção e dinâmica, e que provocam e evidenciam a sua própria vivência e ambiências.

Carlos (2008) afirma que, quando se pensa numa cidade a preocupação com sua funcionalidade é tradicionalmente a mais evidente, mas é certo que não deve ser a única. Aspectos culturais, ecológicos, ambientais e sociais devem também ser considerados, além do aspecto plástico compondo o cenário urbano de forma harmoniosa.

Sendo assim, por meio dos conceitos da paisagem urbana, a cidade nos abre a perspectiva de entendermos o urbano, a sociedade, e a dimensão social e histórica do espaço urbano (Carlos, 2008), ou seja através da paisagem urbana é possível entendermos a sua importância na constituição do patrimônio ambiental urbano.

2.3 Cidadania

A palavra "cidadania" é muito usada na atualidade, mas é uma expressão antiga que tem origem etimológica no latim *civitas*, significando "cidade". Pode ser compreendida por um significado de pertença de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada e que lhe atribui um conjunto de direitos e obrigações.

Na década de 1980 o termo cidadania também virou moda no Brasil, pois tudo o que ocorria era por causa da “cidadania”, pode se afirmar que esse termo quase que substituiu o próprio povo, pois não se diz mais “o povo quer isso ou aquilo”, diz se “a cidadania quer” e em 1988 a nova Constituição Brasileira foi chamada de Constituição Cidadã.

Tudo isso pode ser explicado pelo fato de que no Brasil houve o agravamento de muitos problemas como a violência urbana e a falta de compromisso político por parte do poder público.

Diante disso é importante uma análise da cidadania em nosso país, ressaltando que não é apenas por meio do voto que exercemos o amplo direito de cidadão e muito menos geramos soluções para problemas de ordem social e política existente no Brasil.

Embora a utilização do conceito de cidadania seja recente por aqui, acredita se que esse deva ser construído por meio de relações com as pessoas, com coisas públicas e com o meio ambiente.

Bernardes (1995), afirma que a cidadania pode ser compreendida sob três dimensões:

- *"civil: direitos inerentes à liberdade individual, liberdade de expressão e de pensamento; direito de propriedade e de conclusão de contratos; direito à justiça;*
- *política: direito de participação no exercício do poder político, como eleito ou eleitor, no conjunto das instituições de autoridade pública;*
- *social: conjunto de direitos relativos ao bem-estar econômico e social, desde a segurança até ao direito de partilhar do nível de vida, segundo os padrões prevalecentes na sociedade".*

Para Santana (2001) "*hoje, tornou-se costume o emprego da palavra cidadania para referir-se a direitos humanos, ou direitos do consumidor e usa-se o termo cidadão para dirigir-se a um indivíduo qualquer, desconhecido*".

Segundo Dallari (1998) *"cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social".*

Os conceitos acima citados, que dão sustentação à idéia de cidadania, têm sido muito utilizado nos discursos dos cidadãos, mas não passam de conceitos pois a cidadania é construída por meio de ações conscientes que proporcionem o efetivo sentimento de pertença do indivíduo a uma comunidade politicamente articulada.

Por meio da cidadania é possível contribuir com a preservação do patrimônio ambiental urbano, já que é direito do cidadão participar na tomada de decisões que visem o bem comum, uma vez que esse patrimônio é construído a partir das interações entre as coisas físicas (prédios, monumentos etc) e o valor que essas representam para um determinado grupo, e esse valor se dá por meio do amplo exercício da cidadania.

2.4 Processo de urbanização

Quando ocorre um aumento da população urbana em proporção superior a população rural pode se afirmar que o processo de urbanização está em curso contribuindo com o crescimento da cidade.

A urbanização acelerada no Brasil é um fenômeno recente, se deu após a década de 50, com o desenvolvimento da industrialização nas regiões sudeste e sul.

Na tabela abaixo é possível perceber esse acentuado crescimento da população urbana do Brasil entre as décadas de 1980 a 2000, nas diferentes regiões do Brasil.

Distribuição da população urbana e rural do Brasil entre 1980-2000

	1980		1991		2000	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Região Norte	3.037.150	2.843.118	5.400.772	3.936.378	9.014.365	3.886.339
Região Nordeste	17.566.842	17.245.514	25.753.355	16.716.869	32.975.425	14.766.286
Região Sudeste	42.840.081	8.894.044	55.149.437	7.511.263	65.549.194	6.863.217
Região Sul	11.844.739	7.186.423	16.392.710	5.724.316	20.321.999	4.785.617
Região Centro-Oeste	5.114.597	2.440.198	8.179.552	2.152.806	10.092.976	1.543.752
Total	68.558.670	38.609.297	94.483.116	36.041.632	137.953.959	24.981.994

FONTE: IBGE, Censos demográficos 1980, 1991 e 2000.

Ao analisar a tabela é possível afirmar que houve um expressivo aumento da população urbana e uma diminuição da população rural, principalmente nas regiões sudeste e sul.

Percebe se que o processo de urbanização no Brasil é muito recente se comparado com os países desenvolvidos europeus, onde a urbanização se acentuou a partir da primeira década do século passado com o crescimento das indústrias.

Segundo Zahn (1983), a Revolução Industrial é um importante marco para se entender como ocorreu o crescimento das cidades e suas transformações ao tornarem-se pólos para abrigar a revolução tecnológica e financeira, sendo assim é possível afirmar, segundo o autor, que existe uma relação direta entre a urbanização e a industrialização.

Quando as cidades crescem de maneira desorganizada e acelerada, junto com elas crescem também os problemas de infraestrutura como a falta de saneamento básico, falta de energia elétrica entre outros.

O crescimento urbano, quando não planejado desencadeia uma série de problemas urbanos, como os já citados acima, e esses podem comprometer a qualidade de vida de uma população, dificultando assim a preservação do patrimônio ambiental.urbano de um local, pois na sua maioria essa população que migra para a cidade não possuem nenhum sentimento de pertença ao lugar .

2.5 Impacto ambiental na paisagem urbana

Impacto ambiental pode ser entendido como um processo de mudanças sociais e ecológicas causado por perturbações no ambiente. Diz respeito também à evolução conjunta das condições sociais e ecológicas estimulada pelos impulsos das relações entre força externas e internas à unidade espacial ecológica, histórica ou socialmente determinada. É a relação entre a sociedade e natureza que se transforma diferencial e dinamicamente. Os impactos ambientais são descritos no tempo e incidem diferencialmente, alterando as estruturas das classes sociais e reestruturando o espaço (GUERRA, 2006).

O espaço construído é o resultado da profunda transformação do ambiente natural para adequá-lo às necessidades da aglomeração, e transformá-lo em habitat da população e das atividades humanas aglomeradas.

As relações dos homens e sua apropriação e uso dos elementos da natureza são relações constitutivas do ambiente urbano, sem prejuízo de outras relações dos homens com os demais recursos naturais, inclusive com os seres vivos que convivem com o homem neste ecossistema.

Para os paisagistas o ambiente e paisagem são conceitos distintos e entrelaçados. Segundo Magnoli (2001), o ambiente é o resultado das interações entre a sociedade humana e a base física e biológica que a envolve, para sua sobrevivência biológica e espiritual, e a paisagem é conformações e configurações do ambiente. Segundo Macedo (1994) a paisagem é a expressão morfológica e temporal de um determinado objeto. Este objeto é a cada momento, o resultado da ação dos homens, dos movimentos geológicos e do movimento das águas, nos diversos pontos do planeta.

Segundo Pellegrino (1989) "a interação entre indivíduo e seu ambiente ... estabelece um contato de duplo sentido ... entre o sujeito interpretante e o signo objeto da interpretação ... caracterizando um processo de percepção ambiental. ... "

Esses conceitos de paisagem se completam, e possibilitam identificar as relações constitutivas do ambiente urbano: a paisagem como relações entre indivíduos e objetos de percepção visual - as relações homens natureza que caracterizam o ambiente; os objetos da percepção visual como expressão morfológica do ambiente, como conformações e configurações do ambiente,

Pacheco (1992) propõe uma nova perspectiva para impacto ambiental urbano: trazer de volta, os sujeitos das determinações estruturais, e com eles novas problemáticas, como modos de vida, trajetórias sociais, comportamentos, conflitos de interesses, escolhas, etc. Isso significa passar da percepção de catástrofes e riscos eventuais à consciência dos problemas cotidianos para tratar os problemas ambientais não apenas como desastres possíveis, mas, sobretudo pelo critério da conflitualidade entre os atores.

O desencontro entre essas correntes do pensamento urbanístico sobre o meio urbano, e a falta de conceitos sobre a natureza das relações constitutivas do ambiente urbano, nos remete a busca da especificidade do meio urbano como instrumento para definição de um conceito de ambiente urbano. Entendemos como característicos do meio urbano, a aglomeração de população e de atividades humanas, o espaço construído, e a natureza profunda modificada pela aglomeração. Assim na perspectiva urbanística que trata da apropriação e que trata da apropriação e da fruição do espaço urbanizado e construído organizada pelo processo social, o ambiente o conjunto de relações dos homens com o espaço construído e com os remanescentes da natureza que convivem com os homens no espaço urbanizado e construído.

O conceito oficial de impacto ambiental, segundo a Resolução CONAMA 001/86, é "... qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente ..."

Mas, esse conceito é muito amplo: pode abranger desde uma simples brisa até a explosão de uma bomba atômica, pois ambas alteram as propriedades do ar. É preciso graduar ou qualificar o impacto ambiental. A pista nos é dada por Branco (1984) que conceitua impacto ambiental como "... uma poderosa influência exercida sobre o meio ambiente, provocando o desequilíbrio do ecossistema natural." O que caracteriza o impacto ambiental, não é qualquer alteração nas propriedades do ambiente, mas as alterações que provoquem o

desequilíbrio das relações constitutivas do ambiente, tais como as alterações que excedam a capacidade de absorção do ambiente considerado.

Assim, entendemos o ambiente urbano como relações dos homens com o espaço construído e com a natureza, em aglomerações de população e atividades humanas, constituídas por fluxos de energia e de informação para nutrição e biodiversidade; pela percepção visual e atribuição de significado às conformações e configurações da aglomeração; e pela apropriação e fruição (utilização e ocupação) do espaço construído e dos recursos naturais.

Portanto, impacto ambiental deve ser analisado como resultado de uma determinada ação antrópica ou natural, realizada no ambiente e também como a relação de mudanças sociais e ecológicas.

Atualmente os impactos ambientais urbanos ocorrem devido ao intenso processo de globalização, que dá ao lugar um valor apenas como mercadoria, não se preocupando com a história e memória que o lugar possa ter.

A globalização não considera os diversos valores que possam ser aferidos ao patrimônio ambiental urbano, mas reconhece apenas o valor econômico que esses possam gerar.

2.6 Desenvolvimento sustentável

No início da década de 1980 a Organização das Nações Unidas formou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (CMMAD), que foi presidida pela primeira–ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, que tinha como objetivo estudadar as questões ambientais.

O trabalho dessa comissão resultou num estudo denominado " Nosso Futuro Comum ou Relatório de Brundtland ",como ficou conhecido.

Segundo esse relatório,o desenvolvimento sustentável é "aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades".

Esse conceito surge para enfrentar a crise ecológica, sendo que pelo menos duas correntes alimentaram o processo sendo:

- a primeira centrada no trabalho do Clube de Roma, que defende a idéia que a estabilidade econômica só pode ser alcançada se congelar o crescimento da população global e do capital industrial, ressaltando a realidade dos recursos limitados e indicando um forte viés para o controle demográfico.
- A segunda centrada a partir da Conferência de Estocolmo em 1972, que crítica o modo de vida contemporâneo (JACOBI, 1997).

Esses fundamentos visam um equilíbrio entre a melhoria nos níveis e qualidade de vida com a preservação do meio ambiente. O forte dessa abordagem *" é que, além da incorporação definitiva dos aspectos ecológicos no plano teórico, ela enfatiza a necessidade de inverter a tendência autodestrutiva dos processos de desenvolvimento no seu abuso contra a natureza"* (JACOBI, 1997).

Scarlato (2007), diz que a idéia de desenvolvimento sustentável nasceu da compreensão de que muitos problemas comuns a cidades são tratados de maneira descontextualizada e até mesmo irresponsável, dificultando assim uma possível sustentabilidade do patrimônio.

Para que a sustentabilidade do patrimonio ambiental ocorra, segundo Yázigi (2001), é necessário que as técnicas utilizadas para sua manutenção ocorram seguindo rigorosos critérios de seletividade que não venham a comprometer a qualidade ambiental local.

Devido as transformações mundiais das duas últimas décadas, principalmente aquelas voltadas à degradação ambiental e à crescente desigualdade entre regiões (fruto de uma intensificação do processo de globalização), reforçaram à necessidade de ações integradores que visem a manutenção do meio ambiente .

Com a divulgação do Relatório Brundtlandt, que defende a idéia do "desenvolvimento sustentável" , que aponta não só a necessidade de relações harmoniosas entre economia, tecnologia, sociedade e política, como também necessidade uma postura ética em relação à preservação do meio ambiente, caracterizada pelo desafio de uma responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os integrantes da sociedade dos nossos tempos.

É importante destacar que, apesar das críticas a que tem sido sujeito, o conceito de desenvolvimento sustentável representa um importante ganho, na medida em que a Agenda 21 global, como plano abrangente de ação para o desenvolvimento sustentável no século XXI, considera a complexa relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente numa variedade de áreas, destacando a sua pluralidade, diversidade, multiplicidade e heterogeneidade (JACOBI, 1997).

O conceito de desenvolvimento sustentável contempla várias dimensões como: cálculo econômico, aspecto biofísico e componente sociopolítico, como referenciais para a interpretação do mundo e para possibilitar interferências na lógica predatória prevalecente.

O desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica. Num sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável reporta-se à necessária redefinição das relações entre sociedade humana e natureza, e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório, introduzindo o desafio de pensar a passagem do conceito para a ação. Pode-se afirmar que ainda prevalece a transcendência do enfoque sobre o desenvolvimento sustentável radical mais na sua capacidade de idéia força, nas suas repercussões intelectuais e no seu papel articulador de discursos e de práticas atomizadas que, apesar desse caráter, tem matriz única, originada na existência de uma crise ambiental, econômica e também social (JACOBI, 1997).

O desenvolvimento sustentável somente pode ser entendido como um processo no qual, de um lado, as restrições mais relevantes estão relacionadas com a exploração dos recursos, e de outro, o crescimento deve enfatizar os aspectos qualitativos, notadamente os relacionados com a eqüidade, o uso de recursos – em particular da energia – e a geração de resíduos e contaminantes. Além disso, a ênfase no desenvolvimento deve fixar-se na superação dos déficits sociais, nas necessidades básicas e na alteração de padrões de consumo, principalmente nos países desenvolvidos, para poder manter e aumentar os recursos-base, sobretudo os agrícolas, energéticos, bióticos, minerais, ar e água.

Assim, a idéia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limite às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas

que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos. Isto também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento.

A noção de sustentabilidade implica, portanto, uma inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento (JACOBI, 1997).

Para que a sustentabilidade do patrimonio ambiental ocorra, segundo Yázigi (2001), é necessário que as técnicas utilizadas para sua manutenção ocorram seguindo rigorosos critérios de seletividade que não venham a comprometer a qualidade ambiental local.

2.7 Politicas Públicas

No sentido de reverter a degradação do meio ambiente urbano, o Estatuto da Cidade - Lei Federal 10.257, promulgada em 10 de julho de 2001, possibilita ao administrador municipal os instrumentos necessários para planejar a cidade que desejamos e controlar o uso da propriedade, a fim de que não prejudique a qualidade de vida dos cidadãos. (MORAES, 2008).

O Estatuto da cidade reconhece a cidade como um bem coletivo e elenca como prioridade a participação da sociedade cívil e tem como objetivo de promover o planejamento urbano nas cidades brasileiras, bem como controlar e eliminar os problemas causados pelo fenômeno da urbanização.

A Constituição Federal de 1988 privilegiou este tema no Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, Capítulo II, Artigos 182 e 183, estabelecendo a necessária regulamentação das diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano e o Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes (MORAES, 2008).

Em 1º de janeiro de 2003, foi criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério das Cidades, que compete tratar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito e tem por objetivo combater as desigualdades sociais, transformando as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte.

2.8 Importância da compreensão dos conceitos no Patrimônio Ambiental Urbano de Lorena.

Os presentes conceitos literários citados anteriormente fornecem um suporte teórico para uma análise do estudo sobre as transformações ocorridas no patrimônio ambiental urbano da região central de Lorena/SP.

Por sua importância e para que as atuais e futuras gerações tenham uma melhor qualidade de vida, é fundamental a preocupação com a preservação e conservação dos

ambientes urbanos (Carlos, 2008) e para que isso ocorra, torna-se necessário conhecer o seu lugar para retomar sua vitalidade cultural.

Por ser o patrimônio ambiental urbano constituído de elementos que se mostram materializados e imaterializados, podemos por meio deles expressar nossos sentimentos de pertença ao lugar e resgatar a historicidade por meio da transformação que emerge a cada geração .

Analisando a formação espacial que se deu voltada para a ações da sociedade de épocas, em que Lorena passa a existir, esta reflexão dá uma demonstração de cultura em transformação, como afirma Rossi(1995).

A importância da preservação e sustentabilidade da área de estudo se dá pelo fato de ser essa uma região de grande importância histórica e ambiental da cidade, uma vez que no passado essas praças, ruas e edificações receberam visitas de personagens importantes da história e também serviram de ponto de encontro não só para uma elite como também para a população menos favorecida pois eram nesses lugares que se realizavam festas, quermesses e gincanas populares ao longo de diferentes gerações.

Para que seja reconhecida a importância da área se faz necessário o conhecimento do processo de urbanização da cidade que se acentou na década de 1970, dos valores que são agregados ao patrimônio e da necessidade de um amplo exercício de cidadania para que se consiga alcançar a sustentabilidade desse patrimônio.

Ao longo de sua formação a cidade vem enfrentando muitas transformações, sendo que muitas delas ameaçaram a sustentabilidade do ambiente urbano, sobretudo na década de 1970 quando o poder público se mostrou despreocupado com a área de estudo.

Com esse novo despertar que o poder público manifesta com as quetões ambientais, é de fundamental importância que a população que integra a cidade seja um agente ativo na

proposta de valorização e sustentabilidade dos bens patrimoniais da área de estudo desse trabalho, para que possam exercer um amplo exercício de cidadania.

ÁREA DE ESTUDO

3. Estudo do Patrimônio Ambiental da região central de Lorena

3.1. Formação e construção do Patrimônio Ambiental Urbano de Lorena

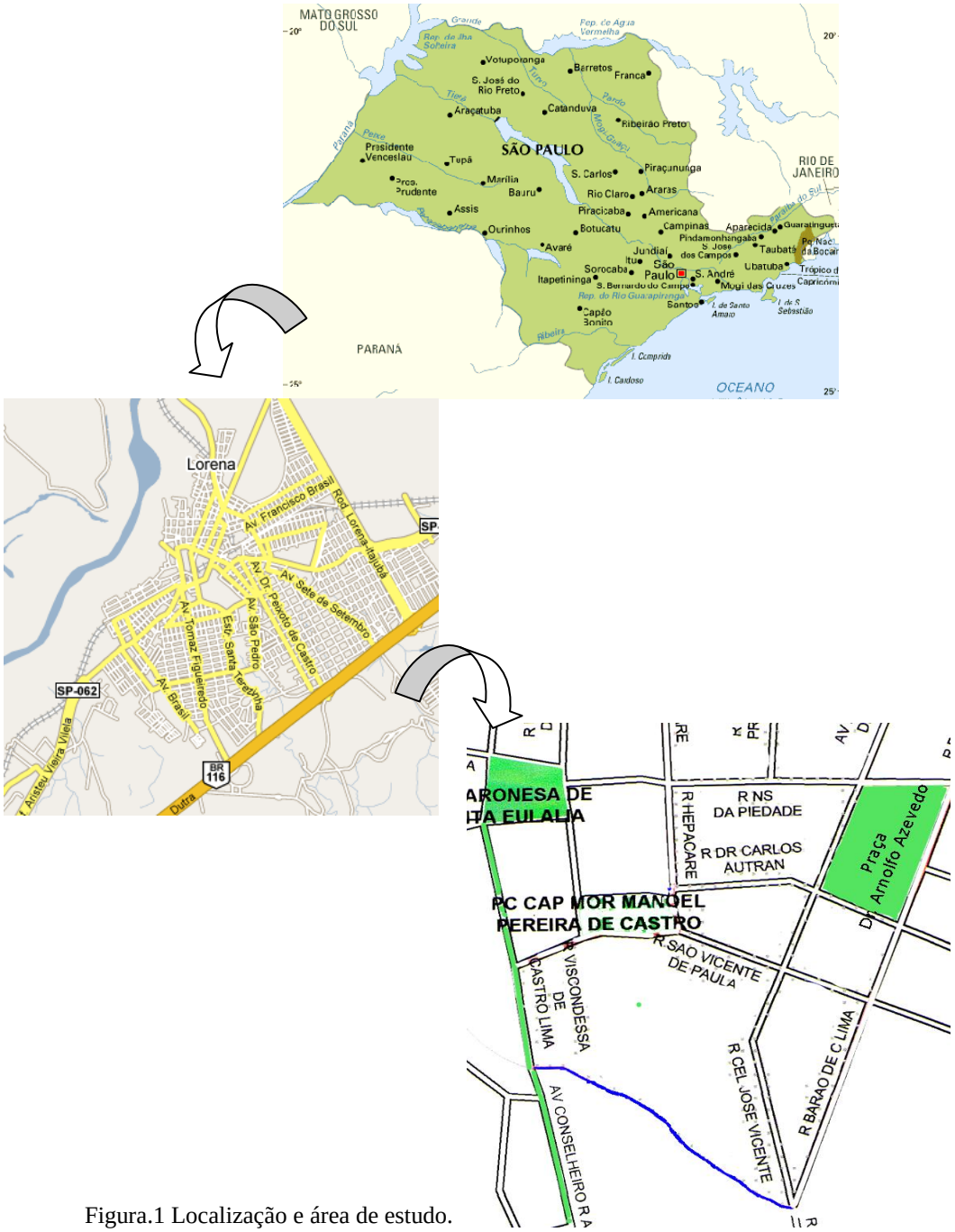


Figura.1 Localização e área de estudo.
Elaborado pela autora .

Lorena está localizada no estado de São Paulo, no Vale do Paraíba, a uma latitude 22º43'51" sul e a uma longitude 45º07'29" oeste, estando a uma altitude de 524 metros (FREITAS, 1972).

Os municípios limítrofes são: Piquete a noroeste e norte, Cachoeira Paulista a nordeste, Canas, Cachoeira Paulista e Silveiras a leste, Cunha ao sul e Guaratinguetá a oeste.

Com uma área de 470 km² o que representava 0,19% da área do estado de São Paulo. Com o desmembramento do município de Canas, perdeu alguns Km² ainda não definidos em razão da precisão de seus limites.

Um grande trunfo desta cidade é estar situada entre São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, três grandes centros urbanos do país. Estas cidades se encontram, respectivamente, à 182 Km, 225 Km e 499 Km (FREITAS, 1972).

A cidade está servida por três vias de comunicação e transporte: a Rede Ferroviária Federal, a Rodovia Presidente Dutra (BR116) e a BR 459 que liga a Presidente Dutra ao Sul de Minas (Itajubá).

Para Carlos (2008), com o crescimento e desenvolvimento da cidade, aumenta-se o risco de modificações e impactos ambientais gerados por diversas atividades humanas como especulação imobiliária, atividades turísticas e industriais.

Devido ao acentuado processo de urbanização que possui uma dinâmica própria, a população se concentra em um determinado espaço e estabelece relações sociais que se materializam e dão conformação ao espaço físico-territorial urbano (CARLOS, 2008).

A análise da urbanização encontra-se estreitamente relacionada à problemática do desenvolvimento, no caso de Lorena esse processo se acentuou a partir da década de 1970, com a implantação de seu parque industrial que foi pautado em uma política de incentivos

fiscais, que para época a implantação desse parque era sinônimo de desenvolvimento conforme registros da prefeitura municipal (Anexo 1) .

A noção de desenvolvimento tem a ver com a articulação da transformação da estrutura social de uma dada sociedade e muitas vezes essa pode comprometer o patrimônio ambiental urbano de um lugar (GERALDES, 2001).

Historicamente, o desenvolvimento resulta de transformações estruturais que por sua vez, são conseqüência de movimentos cumulativos de recursos técnicos, materiais e humanos de uma sociedade. Essas transformações muitas vezes não consideram o valor afetivo e social do patrimônio ambiental urbano (GERALDES, 2001).

Nessa perspectiva, a paisagem urbana sofre uma evolução, em ritmos distintos, estabelecendo contornos e (re)organizando a paisagem física.

Em Lorena, a partir da década de 1970 até o final de 1980, a grande preocupação do município era com o desenvolvimento urbano, pois novos loteamentos foram criados pela administração municipal, ficando a região central que é assunto dessa pesquisa, completamente abandonada, com a invasão do Solar do Solar dos Moreira Lima por moradores sem teto e pela deterioração do Solar dos Azevedo, conforme registros do Jornal Guaypacaré (anexo 2).

Portanto, é necessário considerar no desenvolvimento urbano as potencialidades e as limitações do ambiente urbano, pois são esses elementos que conformam e dão concretude à realidade (CARLOS, 2008).

Por meio da formação histórica do patrimônio ambiental urbano de Lorena, explicaremos as transformações que esse sofreu ao longo de sua constituição.

A região do Porto de Guaypacaré, ou tantas outras variações de seu nome Aguapacaré, Ipacaré, Pacaré, Hepacaré, Aypacaré, Guaypacaré não teve um fundador, nasceu

espontaneamente em função da travessia do Rio Paraíba do Sul ao caminho das Minas Gerais (REIS, 1988).

Lorena por possuir uma posição estratégica no entroncamento do caminho do Rio de Janeiro, São Paulo e a área de mineração no interior mineiro e goiano, acabou sendo disputada porque a transposição do rio era cobrada e interessava a muitos homens influentes daquela época (AYRES do CASAL, apud EVANGELISTA,1978).

O núcleo inicial surgiu com as Roças de Bento Rodrigues Caldeira, um bandeirante que descobriu ouro em trecho mineiro, e que em 1695, com uma família de mais de 100 pessoas ocupou o local (BARRETO, 1998).

No ano de 1705, Bento Rodrigues, com a ajuda de João de Almeida Pereira, Pedro da Costa Colaço, ergueram uma capela construída em taipa de pilão sob a invocação de N. S. da Piedade, que mais tarde foi demolida e construída a atual Matriz de Nossa Senhora da Piedade, que constitui o primeiro patrimônio religioso do povoado (BARRETO,1998).

A capela foi erguida próxima ao porto, que segundo D'Elboux (2004), tinha como finalidade facilitar as orações dos viajantes (bandeirantes), que por lá passavam e descansavam antes de prosseguirem suas viagens.

Segundo registros, os bandeirantes vindos de Taubaté ali paravam para rezar ao pé da Santa antes de adentrarem a serra da Mantiqueira.

Esse fato histórico registrado em diversos documentos sobre a região são expressos por palavras, pela sensibilidade de poetas locais:

"Senhora da Piedade!
Senhora dos caminhos
que veio nas trilhas
do ouro e da fé
vencendo as outroras verdes águas do Paraíba

resguardada na bolsa de couro dos bandeirantes
lá no fundo das canoas, ou,
transportando os abismos pedregosos da serra
nos suados lombos dos muares..”.
(Maria Luiza R. P. Baptista, apud Barreto,1998)

Ao redor dessa pequena capela o povoado se desenvolve, dessa forma é possível afirmar que o verdadeiro núcleo da cidade se deu a partir dessa capela, pois essa refletia a tradição da fé católica, vinda por meio de nossos colonizadores europeus (SALLES, 1994).

Bento Rodrigues, apesar de morador antigo do local, só recebeu a concessão da sesmaria de terras do Aguapacaré em 1707 e em 1718 por uma determinação de D. Francisco de São Jerônimo, bispo do Rio de Janeiro, elevou as Roças de Bento Rodrigues à Freguesia (FREITAS, 1978).

Por meio desses registros é possível afirmar que a partir das Roças de Caldeira se iniciou o processo de constituição do patrimônio ambiental urbano da região central de Lorena, que é o principal elemento de estudo dessa pesquisa.

Rodrigues (1956) escreve que a expansão inicial de povoamento se deu de forma periférica, estendendo-se lateralmente, “dentro da quadratura do seu rocio” e com os seguintes logradouros públicos: Adro da Matriz (atual Praça da Baronesa de Santa Eulália), Beco do Porto (atual Bernardo José de Lorena), Rua Direita (atual Viscondessa de Castro Lima), Rua da Jovita (atual Rua Comendador. Bráulio Moreira), Rua da Bica (Atual Azevedo de Castro) ,Rua Verde (Atual Irmã Zoraíde), Pátiao da Cadeia (atual Pça. Capitão Mor Manoel Pereira de Castro), Rua Municipal (atual Padre Manoel Teotônio de Castro), Rua da Cadeia (atual Cap. João Ignácio), Rua Hepacaré e Rua da Piedade, como pode ser observada no mapa abaixo:

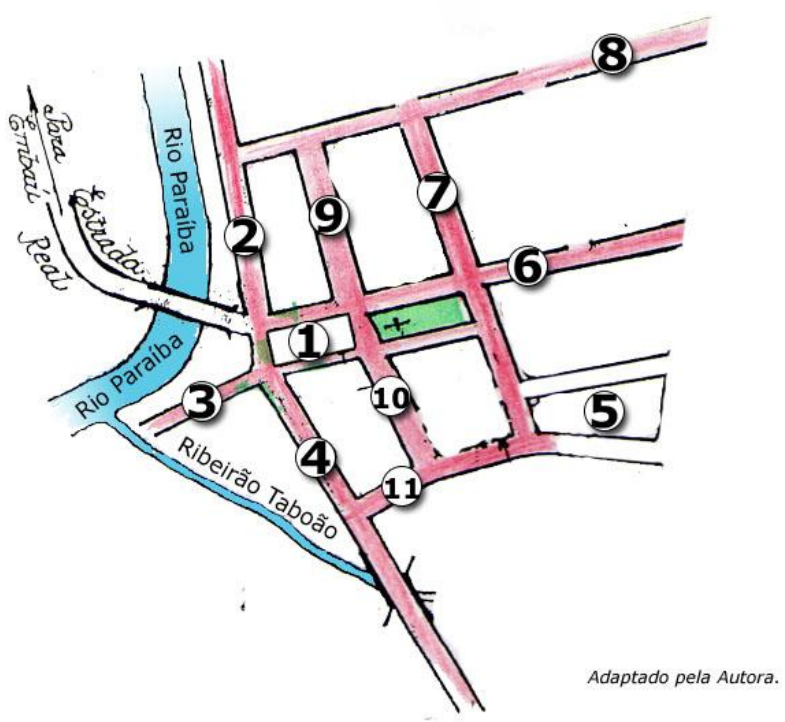


Figura 2. Elaborado por João Guilherme de Moura

Curiosamente hoje a Matriz de Nossa Senhora da Piedade, dá as costas para a cidade, segundo D'Elboux, isso se explica pelo fato da construção inicial da capela ter sido realizada de frente para o rio Paraíba e do porto que ali existia, restando ao povoado se estender por detrás da mesma.

Outro registro interessante é que na época as capelas eram sempre construídas em ''*sítio alto, lugar decente, livre de humidade... ''* por determinação da Constituição Primeyras do arcebispado da Bahia, datado em 1707 e editado em 1719 (MARX apud D'ELBOUX

,2004) e em Lorena esse fato não ocorreu talvez por ter sido construída pelas pessoas leigas, que na época desconheciam tal constituição.

Lentamente a freguesia se expande, e em 1765 a população era de 1077 habitantes e tinha como principal atividade econômica a lavoura (milho, arroz, feijão, mandioca e outros) e as atividades militares que contavam com 237 milicianos distribuídos em 15 esquadras. Anos mais tarde (1783), a sua população atingia 3220 habitantes.

Devido a essa expansão a pequena freguesia, em 14 de novembro de 1788, foi elevada à Vila, pela Portaria de 06 de setembro de 1788, recebendo o nome de Lorena em homenagem ao governador da Capitania de São Paulo, Bernardo José de Lorena.

Rodrigues (1956) escreve que "*em 1788, de tal forma se encontrava desenvolvida a pequena Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Hepacaré [...] foi elevada a Vila, desmembrando do território de Guaratinguetá"*, como pode ser observada no mapa abaixo.

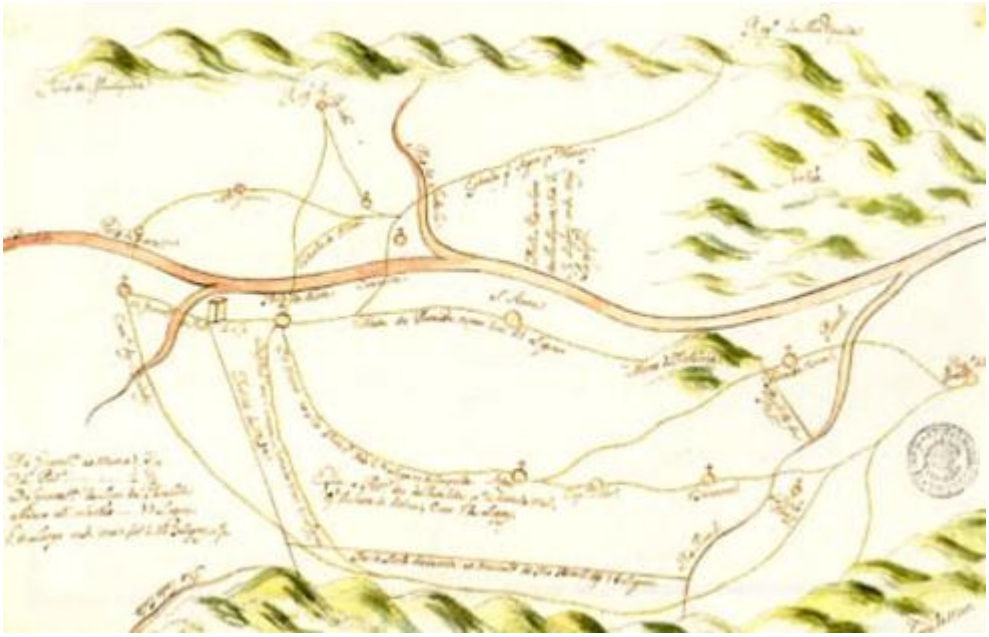


Figura.3 Distrito da Piedade em 1788. Fonte : Arruda , 2000.

O mapa acima retrata a expansão urbana da cidade e a necessidade que a mesma se encontrava de ser elevada a condição de Vila (D' ELBOUX,2004).

De acordo com Barreto (1998), era de costume no mesmo dia em que fora lavrado o Auto de Ereção a Vila ela receber o pelourinho, que era instalado em local escolhido pelo escrivão do Auto e junto do qual é instalado a Casa da Camara,e nesse caso, no andar térreo a cadeia. No termo de abertura do Pelouro é relatado:

"Logo no mesmo dia mez e ano do termo supra declarado nesta dita Nova Vila de lorena em casa de Resir digo Rezidencia do desembargador Miguel Marcellino Velloso e Gama Ouvidor geral e Corregedor dessa Comarca de Sam Paulo ahi mandou Mo. Ministro abrir um dos pelouros que havia feito na forma da ley e sahiram para Juizes Ordinários que ham de servir no fucturo anno de mil settecentos e oitenta e nove o Capitam Manoel Domingues Salgueiro, o capitam Diogo Antonio Figueiredo e os Vereadores Joaquim Vaz Pinto, Innocencio da Costa Lima, o Guarda Mór Joam José Lopes e para procurador o Alferes José da Silva Tavares, E para constar fiz este termo que do Referido dou minha fé e assignou o dito Ministro e eu Joam da Costa Silva Escrivam da Ouvidoria Geral e Correição o escrevi – Velloso e Gama".

O pelouro era símbolo da autonomia municipal, e "havia sido erecto em terreno da atual Praça Capitão Mor e em frente ele levantaram a Casa da Camara e a Cadeia por detrminaçao do desembargador e Ouvidor Geral" (RODRIGUES,1956).

Com isso surge um novo espaço social na Vila, constituindo assim uma ampliação do seu patrimonio com uma espécie de cisão entre o patrimônio religioso e o leigo ou cívil, pois novas áreas vão sendo ocupadas, ampliando o seu espaço urbano não apresentando uma relaçao espacial que as integra, pois a rua que os liga o faz a partir dos fundos da Igreja Matriz.(RODRIGUES,1956)

Por muito tempo o prédio da Matriz era o maior e mais representativo edifício local, provavelmente a Vila tinha o aspecto geral das vilas coloniais, com casas ocupando a testada

do lote, constituindo um *continum* de fachada e beirais ao longo das poucas ruas (D'ELBOUX,2004).

No fim ano de 1817, um grupo de naturalistas alemães, entre os quais Spix e Martius, por ali passaram e fizeram os primeiros registros sobre a fisionomia da Vila.

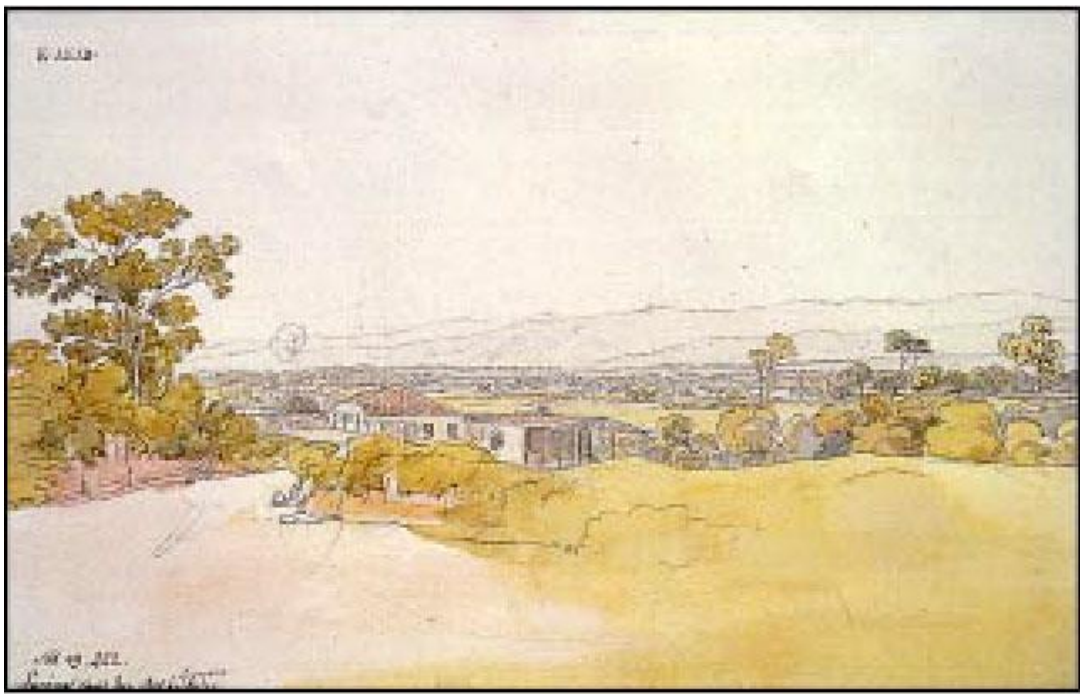


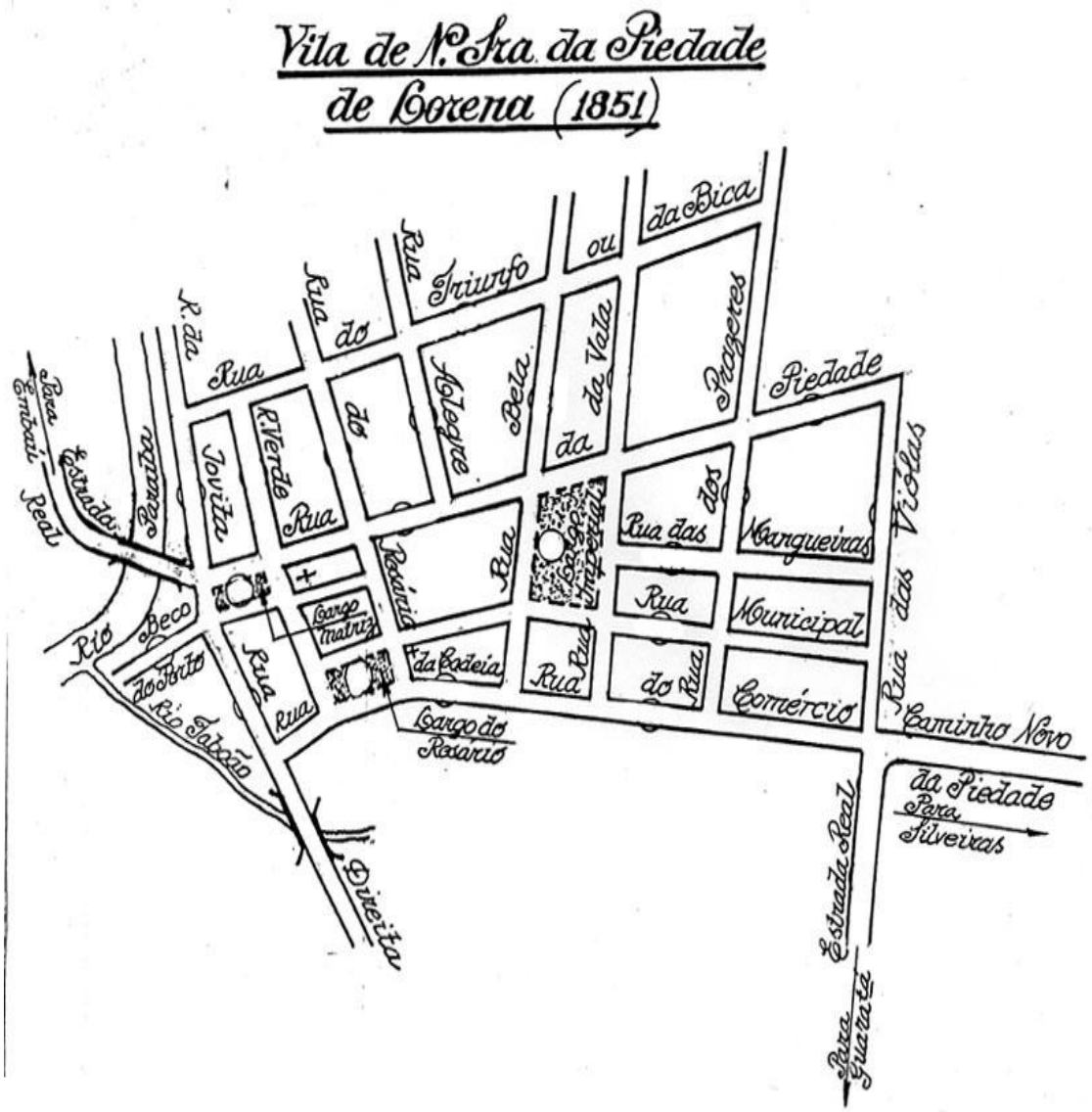
Figura.4 Lorena vista do lado leste Thamas Ender, 1817. Fonte: Bandeira, apud D'Elboux (2004)

Figura.5 Em Lorena Thamas Ender,1817 Fonte: Bandeira, apud D'Elboux (2004)

Pelas imagens acima, é possível notar a pequena e ainda pobre povoação, onde podemos visualizar a capela de Nossa Senhora da Piedade aos fundos.

A partir da década de 1830, que as mudanças na paisagem urbana local se iniciam, sob a influência da família de Castro Lima, tal mudança é descrita por Evangelista (1978):

> *“ As vias do povoado não eram o que hoje parecem. No Largo da matriz ,por exemplo o aspecto era outro. A velha igreja não ficava isolada,não existindo a atual Rua Conde José Vicente.Por sua vez ,não havia rua acompanhando o Paraíba (a atual Rua Cel. Bráulio).Existia um beco junto ao que foi depois casa do Barão de Santa Eulália e outro beco, que descia para o Paraíba,onde era o Porto Velho, e que a casa de Joaquim José Moreira Lima [o Conde de Moreira Lima] acabou fechando, mais tarde, embora abrindo passagem maior para o rio, no próprio largo. No lado direito, atuais acomodações da Camara Municipal,antigo palacete do Cel Bráulio, não havia recuo que hoje existe, manteno se o alinhamento da rua da Piedade até o Paraíba, como se dizia então.*
>
> *Do Largo da Matriz seguia se pela Rua Augusta(atual Pe. Manoel Teotônio) até o Largo do Rosário. Aí estavam o sobrado da Camara ,e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Também o Largo não era o mesmo : a capela tinha uma torre , o prédio da Camara avançava mais para o centro, deixando um pequeno largo no fundo ,onde funcionava aos domingos a ‘’ Quitanda’’...*
>
> *E só.Dois largos ,meia dúzia de ruas ,três pontes, duas igrejas pequenas e o sobrado da Camara”.*


Vila de N.Sra. da Piedade
de Lorena (1851)
Rua Triunfo
ou
da Bica
Rua do
R. da
Rua
Alegre
Bela
da Vala
Rua
Piedade
Rua dos
Mourgueiras
Rua dos Violas
Rua
Municipal
Rua
Comércio
Rua
Rua
Rua

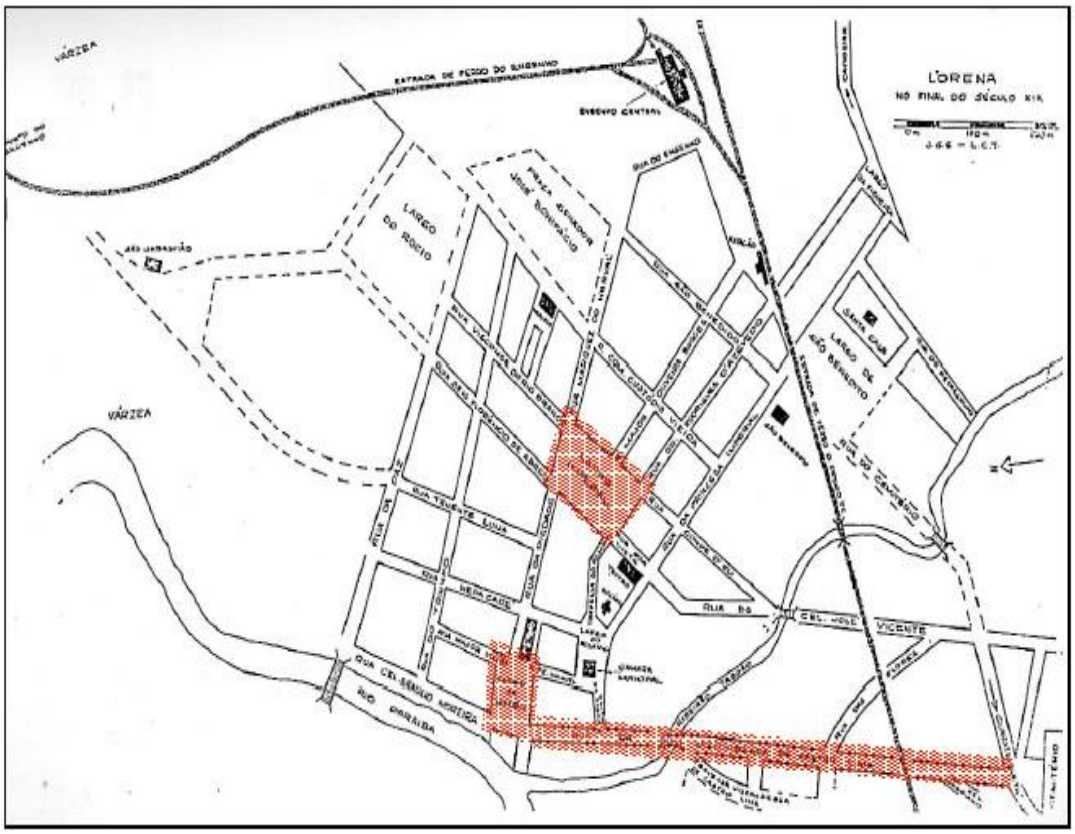
apalecetados, com grandes e numerosas sacadas, que foram demolidos e substituidos inteiramente por construções modernas (RODRIGUES,1956).

Percebe se que o processo de transformação urbana ocorre de maneira lenta, porém com uma ampliação do seu patrimonio ambiental urbano, que constitui uma indicativas da necessidade de organização espacial da vila.

Em 1832, é aprovado novo Código de Posturas Municipais, onde se prevê uma intenção da normalização do desenho urbano, ao fixar regras para a configuração espacial dos logradouros. A largura das ruas foi fixada em trinta palmos, cabendo aos proprietários a manutenção das testadas, o que implicava a manutenção da fachada propriamente dita e na manutenção da área de rua correspondente às casas, que deveriam ser capinadas e não ter ‘’águas paradas’’...(EVANGELISTA apud D’ELBOUX, 2004).

A primeira intervenção de grande porte no desenho da Vila, segundo Evangelista (1978), foi a construção de uma ponte para a travessia do Paraíba .

A Vila de Lorena passa a Cidade por Lei provincial nº 21 ou 541, de 24 de abril de 1856, sendo o 26º município do estado de São Paulo.


LORENA
NO FINAL DO SÉCULO XIX
VÁRZEA
LARGO DO ROCIO
LARGO DA MATRIZ
RUA DA MATRIZ
RUA DA MISERICÓRDIA
RUA VISCONDESSA DE CASTRO LIMA
RUA CEL. JOSÉ VICENTE
RUA BENTO QUIRINO
RUA DA IMPERATRIZ
RUA DA PRAÇA
RUA DA MEIA CASA
RUA DA CADEIA
RUA DA CONCEIÇÃO
RUA DA PONTE
RUA DA FORCA
RUA DA CRUZ
RUA DA CRUZ DAS ALMAS
RUA DA CONSOLAÇÃO
RUA DA CONSOLAÇÃO DE CIMA
RUA DA CONSOLAÇÃO DE BAIX

Bocaína, Viscondessa de Castro Lima e Barão de Santa Eulália, entre outros motivou as atividades comerciais em Lorena.

Em 1906, uma enchente desviou o curso do rio que passava na frente da igreja, para o local definitivo, alterando a paisagem do largo da Matriz (Evangelista,1978). Talvez esse tenha sido também um importante fator para explicar algumas das transformações ocorridas na área de estudo.

A antiga Matriz permanece na região ainda demarcada como central do município, segundo Lei Municipal 1963/94 de uso e ocupação de solo e continua sendo o mais importante patrimônio religioso da cidade.

Algumas das construções mais antigas da região Central de Lorena têm grande importância cultural para a história da cidade como: O casarão da Família Moreira que atualmente abriga a Secretaria da Cultura e o Museu Municipal; O solar dos Azevedo (BARRETO,1988).

Com a implantação da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, possibilitou a industrialização no Vale do Paraíba, sendo instalados na região e em Lorena, unidades industriais de químicas, explosivos, condutores elétricos, entre outras. A partir da década de 1970, com ampliação de seu parque industrial a cidade redefine sua funcionalidade, com maior perspectiva industrial, notadamente sem expansão do entorno centro-periferia, peculiar as diversas localidades industriais.

Verifica-se as instalações de estabelecimentos como é o caso da Norton S.A. Indústria e Comércio, Campo Experimental de Lorena do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo entre outros (BARRETO,1988).

Arrolados mais de dois séculos desde a formação do núcleo inicial verificou-se que o centro urbano sofreu muitas mudanças, e com essas muitos problemas surgiram a população se mostrou preocupada em relação aos problemas (anexo 3).

Com o passar dos anos, muitas das construções de importância histórica da cidade foram demolidas, como foi o caso da casa construída no largo da Matriz que serviu de residência ao Coronel Bráulio, pessoa ilustre da cidade e que posteriormente serviu de instalação para o Grupo Escolar “Gabriel Prestes” e por razões desconhecidas após 1950 foi demolida apesar da importância dessa construção e por constituir um valor para a população e traduzir a história, a memória e a construção social da cidade, e atualmente no local fica as instalações da Câmara Municipal.

Figura8 Residência do Coronel Bráulio, década de 1940
Fonte: Acervo particular de Ércio Molinari

Figura 9. Câmara Municipal, 2009
Fonte: Acervo particular da autora

Acredita se que o processo de industrialização seja um importante registro para se explicar o abandono e muitas das transformações ocorridas da região central da cidade durante as décadas de 1970 e 1980, devido à preocupação da poder público de ampliar sua área de ocupação urbana implantando alguns loteamentos em áreas mais afastadas da região central, como é o caso do bairro da Cecap, o Parque Mondesir entre outros.

3.2 Evolução do Patrimônio Ambiental Urbano de Lorena

Figura 10. Mapa do estado de São Paulo com destaque em marrom para a cidade de Lorena.
Fonte: http://www.guianet.com.br/sp/. Acesso dia 10/02/2009

Localizada entre os dois maiores centros culturais do país, Rio de Janeiro e São Paulo – Lorena tem condições para desenvolver um importante programa de integração cultural voltado para a realidade local.

O café gerou um conjunto de monumentos arquitetônicos, constituído de igrejas, solares, sobrados, pontes.

As maiores transformações ocorridas na cidade se deu no final do século XIX sendo influenciadas por uma política de urbanismo progressista, que institui um modelo baseado em premissas ideológicas após a revolução industrial.

A cidade do modelo progressista era amplamente aberta e rompida por vazios e verdes visando sinalizar um progresso (ADAMS, 2002).

A cidade progressista recusava qualquer herança do passado para submeter se as leis de uma “geometria natural” (Choay, 2001). A partir dessa idéia, é possível notar que ao caminhar pela região de central da cidade, fica evidente a devastação que o ideal progressista causou nas edificações do patrimônio ambiental urbano da cidade percebe se que seu sítio histórico encontra se ilhado por edificações contemporâneas e elementos primários (locais de edificações fixas: igrejas, comércio, universidade), onde se comprova a forte tentativa da inserção do modelo progressista.

É no final do século XIX e inicio do século XX que as demolições da região central aconteceram, como foi o caso da antiga Igreja de Nossa Senhora da Piedade que fora novamente construída no mesmo local, com projeto do arquiteto Ramos de Azevedo entre outras que fora simplesmente demolida promovendo a região uma visão de progresso e modernidade.

Essa nova concepção de modernidade se implementa juntamente com a República que carrega em si uma grande valorização do moderno e do progresso desprezando as questões relativas a história e a memória.

Com a ampliação do núcleo urbano a cidade se expande surgindo novas ruas, avenidas sendo projetadas em forma de um tabuleiro de xadrez, sempre acompanhada de modernidade que era sinônimo de progresso para o poder público local, como pode ser observada na foto abaixo.

Figura. 11 Vista panorâmica da cidade na década de 1940
Fonte: Acervo particular de Ércio Mulinari.

Atualmente na região de estudo encontra se algumas edificações ecléticas dos séculos XIX e XX, como por exemplo, da Casa do Conde Moreira Lima, o Solar dos Azevedo, a Matriz de Nossa Senhora da Piedade, que foram construídas com materiais trazidos de fora do país, na foto abaixo o Solar dos Azevedo recém restaurada.

Figura.12 Solar dos Azevedo, 2009 Fonte: Acervo particular da autora

Na realidade a região de estudo pode ser considerada uma região de grande importância cultural para a cidade, pois é nessa área que ocorrem festas populares tradicionais da cidade, como é o caso da Festa da Padroeira que acontece todos os anos no largo da Matriz no mês de agosto entre os dias 1º a 15 de agosto; situa se também a Câmara Municipal, o Museu e a Casa da Cultura da cidade.

A região central da cidade pode se tornar um sítio cultural, pois há uma arquitetura variada com a presença de algumas construções antigas, outras modernistas e até contemporâneas constituindo se um mosaico cultural de edificações de diferentes épocas que podem traduzir as transformações ocorridas desde sua formação até os dias atuais.

Nas fotos abaixo estão alguns dos patrimônios preservados na cidade e sua história.

Largo da Matriz

Área de grande importância no período do baronato do café.

Para D' Elboux (2004)"*... é o espaço de representação social da elite que está em vias de se formar, e o patrimônio religioso permite melhor convivência social*."

Nessa área se encontra o casarão do Conde de Moreira Lima, o Solar dos Azevedo, ou seja, é o espaço de representação social da elite da época e hoje é onde acontecem importantes eventos tradicionais da cidade, como a festa da Padroeira, procissões e demais festas populares como a LorenVale.

Figura 13 Largo da Matriz,1940 Fonte: Acervo particular de Ércio Mulinari

Figura 14 Largo da Matriz, 2009 Fonte: Acervo particular da autora

O Solar dos Moreira Lima

O solar começou a ser construído em 1852 e foi reformado na década de 1880.

Segundo Evangelista, (1978)

> *"Herdando muitas características árabes, suas janelas amplas, suas arcadas, seu pátio interno, onde existia um repuxo, está a desafiar o tempo e a mostrar sua perfeita adequação ao meio.Na verdade, tratava-se do estilo neoclássico,com numerosas adaptações. Mais tarde será reformado e esmeradamente mobiliado"*

Trata se de um casarão que pertenceu ao Conde de Moreira Lima, o mais rico e influente senhor do café no Vale do Paraíba Imperial.

No século XIX, o Conde Moreira Lima promoveu festas e bailes, hospedou vultos da nobreza imperial brasileira como o Imperador D Pedro I, sua filha Isabel e o marido o Conde D'Eau.

Figura.15 Arco construído de frente ao solar em homenagem a visita do Conde D'Eau e sua esposa à Lorena.
Fonte: Acervo particular de Ércio Mulinari

Esse solar é o mais expressivo patrimônio da cidade devido a sua grande importância no período imperial e, sobretudo da sua importância na formação histórica da cidade.

Esse expressivo monumento da arquitetura do século passado foi doado a Santa Casa de Misericórdia de Lorena, e até meados do ano de 1974, funcionava uma unidade escolar da escola SESI, que ao invés de contribuir para sua preservação muito contribuiu para sua deterioração.

O estado do prédio no ano de 1975 era de uma situação precária de conservação, com vidraças quebradas, batentes destruídos, estátuas danificadas, ou seja, encontrava se em um estado lastimável de conservação.

Por ser esse um prédio de grande valor histórico, em janeiro de 1975, a Prefeitura Municipal da Lorena pede o tombamento desse junto ao CONDEPHAAT.

Em janeiro de 1976, segundo o ofício SE-05/76 (anexo 4), o CONDEPHAAT determina o tombamento do prédio como monumento histórico –artístico da cidade.

Após o tombamento, o CONDEPHAAT por meio de seu órgão técnico divulga um parecer técnico que ressalta a urgência da restauração no prédio (anexo 5).

Atualmente funciona nesse prédio a Casa da Cultura "Péricles Eugenio de Ramos", onde ocorrem eventos culturais como: shows, palestras, apresentações musicais de músicos da região e reuniões de assuntos pertinentes a sociedade civil; o Museu Municipal "Padre Carlos Leôncio da Silva" onde são expostos importantes obras de artistas plásticos da região, além de contar com um importante acervo da história local.

Figura 16 Solar dos Moreira, 2009 Fonte: Acervo particular da autora

Rua Conselheiro Rodrigues Alves (Rua das Palmeiras)

Segundo D'Elboux "no ano de 1865 a Câmara Municipal mandou abrir uma rua direta até o portão do cemitério que recebeu o nome de Rua Direta, atualmente essa é a Rua Conselheiro Rodrigues Alves, também conhecida como rua das Palmeiras.

Essa rua, segundo Evangelista (1978), era "a rua por onde todos deveriam passa um dia", porque era o elo de ligação entre o Largo da Matriz e o Cemitério.

Em 1883, por solicitação da Câmara Municipal, foi contratado um engenheiro para um projeto de embelezamento da cidade segundo a ata de 01-01-1884, nesse projeto constava o plantio de palmeiras imperiais (BARRETO, 1998).

O eixo entre o Largo da Matriz e o Cemitério – ganha um impressionante composição paisagista com o plantio dessas árvores (D'ELBOUX, 2004).

Atualmente essa rua se encontra em condições insatisfatória de conservação, apesar de ainda serem encontradas algumas dessas Palmeiras, que fora replantadas na década de 1970.

Figura17 Antiga rua direita, 1940 Fonte:Acervo particular de Ércio Mulinari.

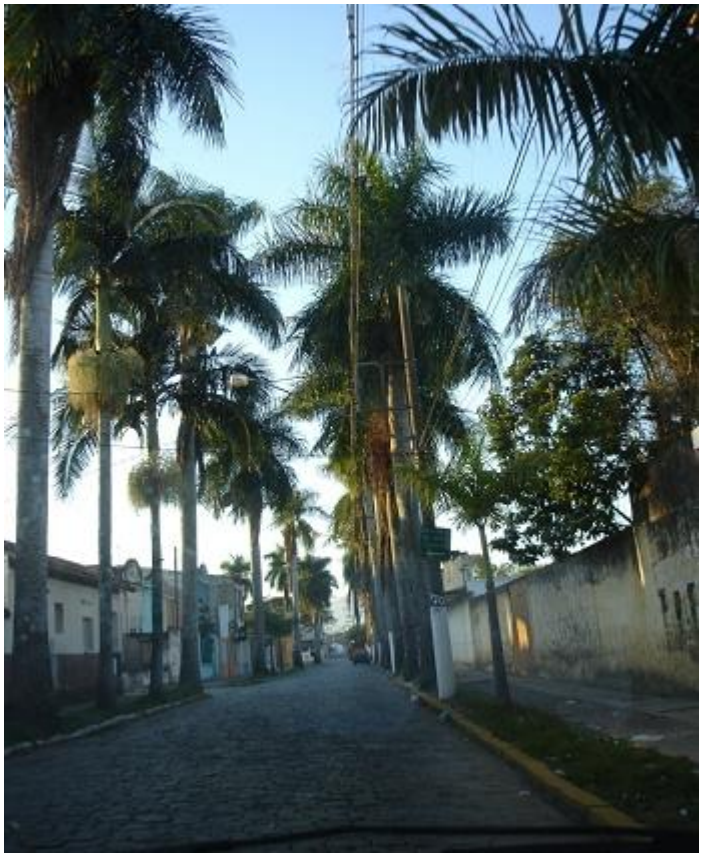


Figura 18. Rua Conselheiro Rodrigues Alves, 2008. Fonte: Acervo particular da autora.

Praça Arnolfo Azevedo

Por muito tempo foi conhecida como Largo Imperial, local onde os tropeiros dormiam. No passado foi usado algumas vezes para enforcamento (D' Elboux, 2004).

Segundo Evangelista (1978), a primeira arborização se deu na década de 1860, deixando a sua região central para a construção de um chafariz.

Essa arborização foi composta por 50 palmeiras imperiais e outras espécies doadas pelo Ministério da Agricultura. Acredita-se que esse projeto de arborização foi espelhado no paisagismo implementado do Rio de Janeiro.

Figura 19. Praça Arnolfo de Azevedo,1930 Fonte:Acervo particular de Ércio Mulinari

Figura 20. Praça Arnolfo de Azevedo, 2007 Fonte:Acervo particular da autora

O patrimônio destacado acima possui um valor para a população local, devido a sua importância na história local e na memória de alguns descendentes do baronato da época, bem como para a população local.

Por meio de uma análise histórica – temporal descrita nessa pesquisa, é possível ser considerado alguns valores aferidos ao Patrimônio Ambiental Urbano de Lorena, segundo os conceitos de Yázigi (2001)

Patrimônio	Valor	Justificativa
Largo da Matriz	**1)Histórico**	**1) lugar onde se iniciou o núcleo inicial da cidade.**
	2)Social	**2) local de encontro da elite desde a sua formação**
	3)Afetivo	**3)representar a memória de fatos importantes para o povo lorenense**
	4)Estético formal	**4) por descrever o estilo de uma época importante para a cidade.**
Casarão do Conde de Moreira Lima	**1)Histórico**	**1) importante registro do processo de formação patrimonial da cidade**
	2)Cultural	**2) local de importantes reuniões e festividades de vultos importantes da história local e nacional.**
	3)Afetivo	**3)traduz a importância do Conde para a cidade**
	4)Social	**4)Local de encontro da elite cafeeira e imperial local e brasileira**
	5)Técnico	**5) importante registro do estilo de construção da época.**
Rua Conselheiro Rodrigues Alves	**1)Histórico**	**1) Grande importância no processo de formação do núcleo urbano sendo uma das primeiras ruas abertas no núcleo inicial;**
	2)Estético formal	**2)concretiza a constituição do patrimônio ambiental urbano local no seu sentido formal.**

Pela importância dada a esse patrimônio, é possível imaginar como seria o núcleo histórico da cidade se grande parte do seu patrimônio não tivesse sido demolido. Percebe se

que o que temos hoje é um ambiente fragmentado que traduz diferentes períodos da formação da cidade e para Rossi (1995) isso é uma demonstração de cultura em transformação.

Hoje ao fazer uma análise histórica dos diferentes períodos desde a formação da cidade, essa se apresenta como se estivesse incompleta, ou melhor, faltando páginas e isso pode ser comprovado ao observar as fotos antigas da cidade do acervo particular do professor Ércio Mulinari.

Percebe se que ocorreu uma vulnerabilidade no local devido o crescimento da cidade que se deu em sua maior parte para leste, devido a intensificação de seu processo de industrialização.

Argan (1993) ressalta que a importância de uma área histórica viva na cidade representada por meio de seu patrimônio, pode traduzir sua historicidade e se a região central de Lorena tivesse sido preservada seria um bom exemplo disso.

De acordo com Argan (1993) ”*a presença de obra de arte é quase sempre caracterizada de um contexto cuja historicidade se manifesta (...) descaracterizar o ambiente destituindo o das suas presenças artísticas tradicionais é uma maneira de favorecer as neuroses coletivas, que se exprimem, mais tarde, em atos de vandalismo”*

Isso foi o que ocorreu em Lorena, na região central quando houve certo “esquecimento” por parte do poder público, do seu patrimônio no início da década de 1970, quando o Casarão do Conde ficou abandonado sem nenhuma função social e foi invadida por moradores sem teto deteriorando ainda mais a edificação e população local manifestou seu descontentamento e reivindicou o reconhecimento e a proteção dessa edificação devido o seu valor histórico, esse fato pode ser comprovado em reportagem do jornal Guaypacaré.

Lorena conta com uma lei municipal que visa a manutenção desse patrimônio pois em 13 de setembro de 2002, o prefeito Aloísio Vieira, institui a criação do COMPHAC- Conselho

Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural do Município de Lorena, com a Lei n.º 2767.

O COMPHAC é um órgão autônomo e deliberativo que cuida dos bens naturais e culturais da cidade de Lorena. O Conselho é formado presidido pela Secretária da Cultura Municipal, por membros de instituições privadas e pela sociedade civil. A atividade não é remunerada e é de importância relevante ao município.

É função desse Conselho adotar medidas de defesa e conservação do Patrimônio histórico, artístico e cultural do Município.

No Parágrafo único dessa Lei.

"O conselho será sempre ouvido nos casos de alienabilidade e disponibilidade das obras históricas ou artísticas, bem como dos monumentos naturais e demais bens culturais de propriedade do município".

A Lei 2767/2002 é regulamentada pelo decreto no. 4.096, que no seu parágrafo único, descreve:

> *"- Para a efetivação do disposto neste artigo, ao conselho caberá:*
>
> *I – Formular diretrizes para a política de valorização dos bens culturais;*
>
> *II – Assessorar o Poder Executivo em matérias concernentes à preservação de bens culturais;*
>
> *III – Opinar sobre a preservação da paisagem e formações naturais que caracterizem o município;*
>
> *IV – Opinar sobre questões de preservação de bens culturais;*
>
> *V – Proceder a identificação dos bens culturais do município;*
>
> *VI – Opinar sobre o tombamento de bens móveis e imóveis de valor histórico, ambiental, cultural, arqueológico, etnógrafo, paisagístico,*

arquivístico e bibliográfico, artístico ou arquitetônico, existentes no município;

VII – Elaborar normas ordenadas e disciplinadoras da preservação dos bens culturais;

VIII – Opinar sobre projetos de conservação, restauração e aproveitamento turístico e cultural dos bens preservador;

IX – Opinar sobre a restauração e conservação de bens móveis e imóveis, inclusive os de interesse paisagístico e/ou ecológico, articulando-se nesses casos, as ações com os demais órgãos encarregados da preservação destes bens;

X – Fiscalizar a utilização dos bens tombados a serem preservados e deliberar para sanar os desvirtuamentos.

X1 – Sugerir sobre desenvolvimento de tecnologias próprias voltadas para preservação de bens culturais;

XII – Elaborar pareceres de apoio técnico e deliberativos pertinentes à sua área de ação;

XIII – Sugerir sobre desenvolvimento de tecnologias próprias voltadas para a preservação de bens culturais;

XIV – Sugerir concessão de auxilio ou subvenção a entidades que objetivem as mesmas finalidades do conselho, ou particulares que conservem e protejam documentos, obras e locais de valor histórico, artístico, paisagístico ou cultural;

XV – Propor celebração de convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, visando a preservação do patrimônio de que trata este artigo;

XVI – Divulgar os resultados dos trabalhos realizados pelo Conselho;

XVII – Aprovar calendário anual de reuniões;

XVIII – Adotar outras providências previstas em regulamento."

Essa lei sofreu algumas alterações introduzidas pela Lei 3106/2006 onde classifica os bens móveis e imóveis em três categorias, sendo:

*"**I – Elemento de Preservação – EP**, caracterizado como bem móvel ou imóvel de interesse para o município por seu valor artístico, paisagístico, cultural, etnográfico, arquitetônico, arqueológico ou documental;*

***II – Setor de Preservação – SP**, caracterizado como conjunto de bens imóveis de interesse cultural, artístico, arqueológico, histórico, arquitetônico, paisagístico, ou ambiental para o município;*

***III- Zona de Preservação** – **ZP**, caracterizada como área que por suas condições paisagísticas, ambientais, arqueológicas ou ecológicas mereça ser preservada e conservada".*

Além do COMPHAC Lei 2767/2002, a cidade conta outras Leis Municipais que visam uma sustentabilidade ambiental do município e que são anteriores a essa, como é o caso da Lei 1963/92 que dispõe sobre o uso e ocupação do solo, que tem como objetivo em seu Artigo 1°

"Esta lei dispõe sobre o uso e a ocupação do solo do município de Lorena, visando o ordenamento de seu crescimento, assim como a preservação ambiental e o pleno desenvolvimento social, cultural e econômico de seus habitantes"

No ano de 1995 foi criado o Plano Diretor da cidade com a promulgação da Lei 2.191/95, fundamentado e por uma exigência da Constituição Federal e Estadual que traça diretrizes, programas e define metas e ações direcionadas ao gerenciamento mais adequado do município, visando uma melhor qualidade de vida aos cidadãos. Segundo registros da Prefeitura Municipal, a base de todo o trabalho se deu com um Planejamento Participativo, contando com a participação da comunidade, de associações de bairros, organizações não governamentais, clubes de serviços.

O que pode ser percebido é que o poder público a partir da década de 1990 demonstra uma maior preocupação e consciência da importância da manutenção do patrimônio ambiental urbano local, com a criação de uma importante lei que visa à sustentabilidade desse patrimônio, o que retoma a possibilidade da preservação dos casarões entre outros bens até então esquecidos.

A população local também tem se preocupado com a memória da cidade, e isso pode ser identificado na fundação do grupo "Sociedade dos amigos de Lorena" que possuem importantes trabalhos e obras que buscam perpetuarem a memória da cidade.

Segundo Halbwachs apud Adams (2002), a memória coletiva e compartilhada, envolve as memórias individuais, "*é uma corrente de pensamento contínuo, que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência de grupo".*

Essa memória coletiva possui um dinamismo próprio que está sempre em transformação e seu esquecimento traduz o desaparecimento de um grupo. Sendo assim quando ocorre à perda da memória social, a memória coletiva torna se histórica então o único mecanismo de salva-la é registrá-la na forma escrita, pois os pensamentos morrem mas a escrita permanece (HALBWACHS apud ADAMS,2002).

É possível afirmar que a história do patrimônio ambiental urbano da região central de Lorena, faz parte da memória coletiva de um grupo de diferentes gerações que fazem ou

fizeram parte da cidade, e que tanto no presente como no futuro só poderão ilustrar concretamente suas memórias se essa puder ser vivenciado concretamente, por meio de suas ruas, praças e edifícios e não apenas observadas por meio de fotografias.

Com isto não se pretende negar a existência de expressões não materiais, portadoras de valor ou interesse cultural, mas enfatizar aqueles elementos cuja expressão material apresenta enquanto parte do ambiente, do tecido urbano, do habitat humano e do cotidiano

4. MATERIAL E MÉTODO

A metodologia utilizada nessa pesquisa se baseia na concepção de uma análise histórica temporal dos fenômenos naturais e socioculturais, a partir dos seguintes passos:

- Revisão bibliográfica e levantamento de fontes;
- Pesquisa de representação da paisagem por meio de fotografias antigas e atuais.
- Pesquisas em jornal local e acervo público do I.E.V.

O estudo sobre as transformações do patrimônio ambiental urbano da região central da cidade de Lorena visa contribuir com a manutenção e sustentabilidade do patrimônio existente, que por meio da preservação dos bens culturais, que conjugam tudo que vincula com o ser humano e seu passado no plano coletivo e individual.

Dessa forma se reforça a necessidade de tornar o estudo das transformações do patrimônio ambiental de Lorena como um dos primeiros passos para um posterior projeto de preservação e manutenção desse patrimônio. Tal projeto posterior deve ter investimentos em pesquisas que promovam o desenvolvimento e enriquecimento da identidade das populações locais, pois esses patrimônios encerram significados, registros e informações sobre a historicidade local e expressam todos os valores dados ao patrimônio que são: costumes, crenças e idéias, manifestam conhecimento tecnológico, gosto estético, condições sociais, econômicas e políticas da população de uma determinada época ou espaço.

5. DISCUSSÃO

Para que o patrimônio ambiental urbano, seja considerado um patrimônio vivo, alguns valores precisam ser reconhecidos e resgatados, destacando-se entre eles os históricos, sociais e culturais.

Uma melhor relação entre o patrimônio do passado e o atual se fez necessária através de uma abordagem da construção histórica social da cidade, com o objetivo de identificar e compreender as intervenções e transformações ocorridas ao longo dos anos.

O processo de evolução histórica de formação acompanhado da evolução urbana desde 1695 foi o ponto de partida para este estudo.

Começa a ser constituído a partir de 1695 na região que ficava próxima ao Porto de Guaypacaré, o Patrimônio Ambiental Urbano de Lorena.

A Capela de Nossa Senhora da Piedade foi a primeira intervenção ocorrida e embora esteja atualmente em sua quarta construção, sua localização é a mesma da época.

Desde sua formação até o inicio do século XX a cidade teve uma grande preocupação em construir o seu Patrimônio Ambiental, pautado sob o ponto de vista sustentável, ou seja, construído de maneira sólida, registrando em seus edifícios e praças a evolução da cidade, com a marcante presença dos bandeirantes e posteriormente do baronato do café local, na pessoa do Conde Moreira Lima que muito contribuiu para o desenvolvimento da cidade, o que pode ser comprovado pela preservação dos patrimônios mais significativos para a população como: Catedral, Largo da Matriz, Casarão do Conde Moreira Lima, Solar dos Azevedo, Praça

Dr. Arnolfo Azevedo, enfim patrimônios que conservam até hoje seu valor histórico.

O Patrimônio Ambiental Urbano Central deve ter sua importância junto à população lorenense por resgatar a memória das famílias que contribuíram para o seu desenvolvimento e para que as gerações posteriores possam usufruir deste patrimônio.

Observa-se que a partir de 1970 com a ampliação do Parque Industrial local, o poder público voltou sua atenção para o desenvolvimento e ampliação da área urbana da cidade, o que causou certo esquecimento do Patrimônio Ambiental da região central, embora alguns desses patrimônios tenham sido tombados pelo CONDEPHAT.

O processo de urbanização causou uma ruptura nos valores históricos, sociais e afetivos dando lugar a valores econômicos e técnicos com a ampliação do comércio local e construções contemporâneas, o que causou grande tristeza à população de décadas passadas que acompanhou todo este processo, mas que agora vislumbra a possibilidade de preservar o que restou desta época, com a criação do COMPHAC.

A geração atual e as futuras serão beneficiadas, pois mesmo não percebendo as transformações ocorridas, poderão usufruir de um ambiente vivo, que é o legado e a garantia de um futuro sustentável.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações do patrimônio ambiental urbano desde sua formação até os dias atuais descrevem a sua formação e registram acontecimentos e fatos relacionados ao patrimônio, que se estenderam desde o surgimento do núcleo da cidade, da formação de seu povoado e das transformações ocorridas até os dias de hoje.

A evolução urbana durante este período trouxe transformações importantes no perfil histórico, social e físico da cidade, onde os traços patrimoniais aqui citados evocam sua preservação na memória coletiva.

Na evolução urbana apresentada percebe-se uma cidade com destaques desde sua formação, devido principalmente a sua localização estratégica.

As grandes transformações, talvez as mais importantes, ocorreram no período imperial, quando teve início o cultivo da lavoura cafeeira e o baronato local, importantes contribuidores para a ampliação do patrimônio ambiental urbano da cidade, que até então, possuía apenas uma representatividade simbólica de monumentalidade, que era a Matriz de Nossa Senhora da Piedade.

O processo de evolução urbana no século XVIII ocorreu de maneira lenta, com a presença das famílias nobres que recebiam concessões de terras e nelas realizavam produções agrárias (de subsistência), no entorno dessas terras outras construções em taipa de pilão foram surgindo, conseguinte Lorena passa pelas divisões de terrenos, constroem- se muros e abrem-se ruas, fortalecendo assim a ocupação do núcleo urbano.

Notadamente em meados do século XIX, as atividades agrárias fortalecem o comércio que impulsiona as lavouras de café cobiçadas pelos fazendeiros, empreendedores de outras benfeitorias, como o solar dos Moreira e dos Azevedo e a Matriz de Nossa Senhora da

Piedade, que configuram o então núcleo urbano, com alinhamento de ruas, a regularidade das praças, as proporções artísticas dos prédios, as construções de pontes sobre os córregos e rios.

Compreende-se, portanto, que o processo de industrialização intensificado após 1970 foi o principal motivo pelo qual o poder público municipal priorizou outras formas de desenvolvimento da cidade.

Embora esta pesquisa tenha atingido seu objetivo ao fazer uma abordagem da construção histórica da cidade e as transformações sofridas ao longo dos séculos, muita coisa ainda pode ser estudada e este trabalho torna-se uma rica fonte de pesquisa para auxiliar futuros pesquisadores, uma vez que o benefício de sua continuidade não se restringirá apenas a cidade de Lorena, mas para um estudo voltado para a sustentabilidade do patrimônio ambiental urbano das cidades do Vale do Paraíba e para uma possível análise comparativa entre as cidades dessa região.

Espera-se também que o desenvolvimento dessa pesquisa tenha contribuído para um despertar sobre a necessidade da manutenção do patrimônio ambiental urbano de Lorena e para que a população e o poder público da cidade possam perceber a necessidade da sustentabilidade desse patrimônio, pois vivemos inseridos em vários ambientes o tempo todo e somos dependentes dele.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Betina. *Preservação Urbana, gestão e regate de uma história.* Florianópolis, Edição da UFSC,2002.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de ...*[et al]*. *Planejamento Ambiental*: Caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum**:** uma necessidade, um desafio**.** 2ª ed. Rio de Janeiro. Thex Ed: Biblioteca Estácio de Sá, 1999.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como a história da cidade.* São Paulo:

BARRETO, Angela Maria. *Lorena: aspectos históricos da Câmara Municipal.* 1ª ed. Lorena: Stiliano, 1998.

BARRETO**,** Margarita. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas: Papirus, 2000

BERNARDES, Wilba L. M. *Da nacionalidade: Brasileiros natos e naturalizados.* 1ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

BRANCO,Samuel Murgel et al. 1984.*O fenômeno Cubatão na visão do ecóçogo.* São Paulo: CETESB/ASCETESB. Martins Fontes, 1993.

BRITO, Paulo A. B **.** *Movimentos populares; possibilidades e limites de um novo sujeito histórico* . Dissertação de Mestrado. Campina Grande, PB: 1990.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade.* 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CARVALHO, José Murilo. *A cidadania no Brasil: O longo caminho.* 1ª Ed. Civilização Brasileira. 2001.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio.São Paulo: UNESP, 2001.

CONAMA − CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. *Resolução nº* 00*1 de 17 de fevereiro de 1986*. Disponível em: http://www.mma.gov.br/ port/conama. Acesso em: 18 out. 2008.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana* .2ª ed. Edições 70, 2008.

CUNHA, Sandra Baptista ,et al (orgs). A *questão ambiental:diferentes abordagens***.** 2ª ed. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2005.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos Humanos e Cidadania.* 1.ed. São Paulo: Moderna, 1998.

D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. *Manifestações neoclássicas no Vale do Paraíba: Lorena e as palmeiras imperiais.* Dissertação de mestrado, FAU/USP, departamento de arquitetura. São Paulo, 2006.

DREW, David. *Processos interativos homem-meio ambiente***.** 4ª. ed. Trad. João Alves dos Santos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

DURHAM, E.R. *Cultura, Patrimônio e Preservação.* São Paulo: Brasiliense, SP, 1984

EVANGELISTA, José Geraldo. *Lorena no século XIX*. São Paulo: Governo do estado de São Paulo,1978.

FREITAS, Oswaldo. *Corografia Física do Município de Lorena***.** Aparecida:Santuário,1977.

GERALDES, Eduardo A Simões. *Paisagem, identidade e memória:Vila de Picinguaba: contribuição para um conceito de paisagem enquanto patrimônio histórico.* Dissertação de mestrado, USP/FFLCH, departamento de geografia. São Paulo, 2001.

_____.*Condições para um conceito de patrimônio ambiental urbano: Propostas de Focos qualitativos para o centro de São Paulo.* Tese de Doutorado, USP/FFLCH, departamento de geografia. São Paulo,2006.

GUERRA, Antonio José Teixeira et al (orgs).*Impactos ambientais no Brasil.* 4ªed. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2006.

JACOBI, P. et al. (orgs.). *Educação, meio ambiente e cidadania*: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.

MACEDO, Silvio Soares. Paisagismo e Paisagem. *Paisagem e ambiente: ensaios: 5*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

MAGNOLI, Demétrio.et al. *Geografia paisagem e território.* São Paulo,Moderna, 2001.

MEADOWS, D. et al. *Limites do crescimento*: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre os problemas da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MENESES, U. B. O *patrimônio cultural entre o público e o privado*. In: DPH / Sec. Municipal da Cultura de São Paulo. *O direito à memória***.** São Paulo, 1992

MORAES, Antonio Carlos Robert et al. *Geografia crítica: a valorização do espaço*.12ª ed. São Paulo:Hucitec,1999.

MOREIRA, A. C. M. L. Conceitos de ambiente e de impacto ambiental aplicáveis ao meio urbano. http://www.usp.br/fau/docentes/depprojeto/a_moreira/producao/conceit.htm Acesso: 18 dez. 2008.

MÜLLER, Nice Lecocq. *O fato urbano na bacia do Rio Paraíba, Estado de São Paulo*.Rio de Janeiro:Divisão cultural, 1969.

NASCIMENTO, Eveline Maria Damasceno, et al . Impactos ambientais na cidade de Manaus: Uma busca de compreensão. Agosto de 2002. Disponível em http://revistaautor.com/ acesso em 18 dez.2008.

PACHECO, R. S, et al. *Atores e conflitos em questões ambientais urbanas* .Espaço & Debates 35 . São Paulo,1992.

PELLEGRINO, Paulo. 1989. "A paisagem possível". *Paisagem e ambiente: ensaios: 3*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

PEREIRA,Clovis Brasil. *Preservação do patrimônio ambiental: consciência no presente, com olhos no futuro* . Disponível em: http://stoa.usp.br/espacousp, acesso em 20 set. 2008.

REIS, Paulo Pereira dos. *Lorena no século XVII e XVIII.* Caçapava:Fundação Nacional do Tropeirismo,1988.

RODRIGUES, Antonio da Gama. *Gens Lorenensis***.**Lorena:Editora HL2, 2000.

ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade.São Paulo:Martins Fontes,1995.

SALLES, Elisa Regina Gomes Torquato.*A festa de Nossa Senhora da Piedade em Lorena, Vale do Paraíba.* Dissertação de mestrado da FFLCH/USP , departamento de história. São Paulo, 1999.

SANTANA, Marcos *Silvio de. Cidadania. 2001. Disponível em* http://www.advogados.adv.br. Acesso em 13 set. de 2008

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova:* Da crítica da Geografia a uma Geografia critica. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOCIEDADE DOS AMIGOS DE LORENA, *Memórias de Lorena em fotos e palavras*.Vol I.Lorena: Stiliano,1999.

SOUZA,Marcelo Lopes. *ABC do Desenvolvimento Urbano*.2 ed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2005.

SCARLATO,Francisco Capuano; PONTIN,Joel Arnaldo. *O ambiente urbano.*4ª ed.São Paulo:Atual,2007.

VARINE-BOHAN, H. *A experiência internacional*: notas de aula. São Paulo: FAU-USP, 1974.

YÁZIGI, Eduardo. *Patrimônio ambiental urbano*: refazendo um conceito para o planejamento urbano. Texto apresentado no Simpósio de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo, outubro de 2001, São Paulo.

ZAHN, C. E. *O processo de urbanização: características e evolução.Questões de organização do espaço regional.* São Paulo: Nobel, 1983.

Leis Municipais.

Lei 1963/92- Dispõe sobre os usos e ocupação do solo.

Lei 2191/95- Plano Diretor

Lei 2767/02- Criação do COMPHAC.

Lei 2768/02- Cria elementos, setores, e Zona de Preservação.

Lei 3106/06- Classificação dos bens móveis e imóveis.

ANEXOS

ARQUIVO

Prefeitura Municipal de Lorena

Estado de São Paulo — (Brasil)

GABINETE DO PREFEITO

INFORMAÇÕES BÁSICAS PARA IMPLANTAÇÃO INDUSTRIAL EM

- LORENA -

1. Aspectos Geográficos:

1.1 Localização:

1.1.1 Coordenadas Geográficas:
Latitude: 22º 44' 03''
Longitude: 45º 07' 16''

1.1.2 Zona Fisiográfica do Município: O Município se localiza na porção central do Vale Médio do Rio Paraíba, entre dois paredões cristalinos: a Serra da Mantiqueira e a Serra do Mar.

1.1.3 Municípios Limítrofes:

Norte:	Piquete	: 16 Km
Sul :	Cunha	: 60 Km
Leste:	C. Paulista	: 13 Km
Oeste:	Guaratinguetá:	12 Km

1.1.4 Distância da Sede Municipal:

à Capital Federal(Brasília)	: 938 Km
à Capital do Estado de S.Paulo	: 182 Km
à Capital do Estado da Guanabara	: 225 Km
a Itajubá (MG)	: 84 Km
a Volta Redonda	: 110 Km

1.2 Área Disponível: no município existem extensas áreas planas, onde somente se fazem necessários algunas poucos serviços de terraplanagem

1.3 Relevo - Topografia - Tipo de Solo:

1.3.1 Relevo e Topografia: a maior parte do município se encontra no próprio Vale do Paraíba, de topografia plana ou bastante suave, onde só raramente aparecem colinas, correspondentes a níveis mais antigos não aplainados. O município ocupa uma área de 470 Km2, equivalente a 0,195 da área do Estado, e a sua altitude é de 524 m.

Guaypacaré

Parcialmente destelhado o Solar dos Azevedo!

O denominado Solar dos Azevedo — a casa que foi residência do Dr. Arnolfo Azevedo, na praça Barnabé de Santa Eulália — está muito ameaçado, mas com uma solução à vista.

Como já foi noticiado, o prédio que é propriedade da Cúria Diocesana, está muito arruinado e ameaçava desabar sobre uma residência vizinha, cujo proprietário chegou a colocar estacas da laje de sua casa para segurar a parede em risco iminente, depois de registrar um boletim de ocorrência na Polícia Militar. No final da semana passada, a Cúria tomou uma providência de emergência: mandou destelhar a parte mais ameaçada e desmanchar a parede de sustentação do telhado pelo lado esquerdo do imóvel.

Bispo Diocesano, que autorizou

Alertado da situação, o prefeito Arthur Ballerini procurou um entendimento com o Sr. a Prefeitura a realizar os repa-

ros destinados a impedir o aumento do risco de desabamento; as duas partes promovem a efetivação de um termo de cessão em comodato do imóvel (que está em processo de tombamento pelo CONDEPHAAT) durante um certo período de tempo, a fim de que a Prefeitura possa utilizar o Solar e assim se ressarcir dos gastos que ali efetuar.

Espera-se que tais providências sejam tomadas de imediato porque com a chegada da estação de chuvas pesadas o dano ao patrimônio cultural pode tornar-se irremediável.

C4 18 A 24 DE AGOSTO DE 2007 Ano 33 Nº 1155 Guaypacaré

Coluna

Nelson Pesciotta

Um problema local

Em 1960 a população de Lorena era de 32.764 habitantes, ocupando o 6º lugar no Vale do Paraíba, logo após Taubaté, São José dos Campos, Guaratinguetá, Jacareí e Pindamonhangaba; desse total, 6.706 habitantes estavam na zona rural e representavam pouco mais de 20%. Já em 2004, pela projeção do IBGE, Lorena estaria com 82.854 habitantes, e sua população rural teria caído para apenas 3,7% do total! Podemos supor que temos hoje perto de 90.000 habitantes, com menos de 4.000 pessoas fixadas na zona rural.

Estes dados são importantes para a definição de diretrizes para projetos de desenvolvimento em geral e para, em particular, a administração dos problemas urbanos.

De 1960 para cá, como estamos vendo, a população local quase triplicou e está maciçamente ocupando o espaço urbano, que se expandiu em três direções: no rumo de Guaratinguetá pela chamada Estrada Velha; no rumo de Canas/Cachoeira, também pela Estrada Velha; e na direção da Bocaina, mas contida pela Via Dutra. O chamado **centro da cidade** está contido nos limites de 1960, pouco tendo sido alargado; está preso no quadrilátero formado pela linha férrea, avenida Conselheiro Rodrigues Alves / rua Coronel Bráulio, rua 21 de Abril / rua Paschoal Del Mônaco e avenida Papa João XXIII. Nesse espaço urbano foi subtraído da circulação de veículos o **Calçadão Arthur Ballerini**, enquanto que de ampliação para uso público só tivemos uma pequena da praça Marechal Mallet.

Enquanto a população cresceu, o número de veículos elevou-se terrivelmente (não só com automóveis, mas também com bicicletas - supostamente umas 70.000, que não aceitam a designação de veículos, esperam ser não se sabe o quê) e, agora, motocicletas. E o pedestre se vê cada vez mais sufocado pelo trânsito, empurrado para o canto das calçadas, tropeçando nos veículos, assustado com o barulho dos motores.

O que traz o povo para as ruas centrais? Seguramente o óbvio: lojas, bancos e prestadores de serviços (médicos, dentistas, psicólogos, cartórios, oficinas, escritórios, correio e escolas) e igrejas. A expansão das atividades típicas do **centro** para os bairros ainda é pequena e isto se constitui em um fator a mais para obrigar a circulação de pessoas e de veículos pelas ruas centrais da cidade.

Temos, pois, um problema. E que problema! Escrevo este artigo com a preocupação jornalística de chamar a atenção das pessoas que têm real interesse pelas coisas da cidade mas não me arrisco a formular soluções, tarefa, afinal, que cabe aos governantes – executivo e legislativo. Uma cidade que tem tantas escolas superiores poderia facilmente recrutar o talento, o esforço e a boa vontade de uma dúzia de doutos e procurar, com eles, as melhores idéias para uma Lorena de futuro.

496

Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO "CONDEPHAAT"

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 286 - São Paulo - Capital - CEP 01403

São Paulo, 07 de janeiro de 1976

Ofício SE-05/76
Proc.CONDEPHAAT-00526/75

Senhor Provedor

Tenho a honra de comunicar a Vossa Senhoria que por RESOLUÇÃO de 10 de outubro de 1975, do Senhor Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia, publicado no Diário Oficial de 11 de outubro de 1975, foi TOMBADO como monumento histórico-artístico o antigo sobrado que pertenceu ao Conde Moreira Lima, à rua Viscondessa de Castro Lima nº 22, nessa cidade, e inscrito no Livro de Tombo Histórico nº 1, fls. 14vº-15, sob número de ordem 108.

Na conformidade das disposições conjugadas da Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968, Decreto-Lei nº 149, de 15 de agosto de 1969 e Decreto de 19 de dezembro de 1969, o imóvel em referência não poderá ser destruído, mutilado ou alterado sem prévia autorização do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado-CONDEPHAAT.

Renovo a Vossa Senhoria os protestos de estima e consideração.

RUY DE AZEVEDO MARQUES
Secretário-Executivo

A Sua Senhoria
Doutor AMÉRICO NOGUEIRA
DD. Provedor da Santa Casa
de Misericórdia de LORENA

Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO "CONDEPHAAT"

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 286 - São Paulo - Capital - CEP 01403

- 2 -

São Paulo, 02 de setembro de 1976

Ofício SE-237/76
Proc.CONDEPHAAT Nº 00526/75

Senhor Superintendente

Na conformidade do CONVÊNIO firmado entre a Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia e o Departamento de Edifícios e Obras Públicas, e nos exatos termos do entendimento que mantivemos em 31.08.76, cumpre-me remeter a Vossa Senhoria a relação das obras de restauração do Casarão Imperial "CONDE MOREIRA LIMA", situado à rua Viscondessa de Castro Lima nº 22, em Lorena, quais as que constam dos inclusos levantamento estimativo e planta.

Trata-se de monumento TOMBADO pela RESOLUÇÃO de 10 de outubro de 1975, inscrita no Livro de Tombo Histórico nº 1, sob número de ordem 108, fls.14-v-15.

A proteção estatal avocada, como resultante do TOMBAMENTO, gera a obrigação de proteger, restaurar e revitalizar o BEM CULTURAL, nos termos das disposições conjugadas do ítem V, do artigo 107 e parágrafos 1º e 2º, do carti go 122 do Decreto nº 7.730, de 23 de março de 1976.

É o caso em exame.

A precariedade estrutural do imóvel, segun do parecer do órgão técnico, caracteriza a urgência de sua restauração, que, por sua vez, exige trabalhos especializados.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo